



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE DIREITO

MARIA EDUARDA RIBEIRO CINTRA

**LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO NO BRASIL: SUA IMPLEMENTAÇÃO
E SEUS DESAFIOS.**

Brasília
2016

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE DIREITO

**LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO NO BRASIL: SUA
IMPLEMENTAÇÃO E SEUS DESAFIOS.**

Autora: Maria Eduarda Ribeiro Cintra

Orientadora: Profa. Dra. Ana Cláudia Farranha

Dissertação apresentada como requisito parcial
à obtenção do grau de Mestre, no Programa de
Pós-Graduação da Faculdade de Direito da
Universidade de Brasília, linha de pesquisa
“Globalização, Transformações do Direito e
Ordem Econômica”.

Brasília, 31 de março de 2016

FOLHA DE APROVAÇÃO

MARIA EDUARDA RIBEIRO CINTRA

Lei de acesso à informação no brasil: sua implementação e seus desafios

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre, no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, linha de pesquisa “Globalização, Transformações do Direito e Ordem Econômica”.

Data de Aprovação: 31 de março de 2016.

Banca Examinadora:

Profª. Dra. Ana Cláudia Farranha (Orientadora)

Prof. Dr.Cristiano Paixão Araújo Pinto (Membro)

Prof. Dra. Cosette Espindola de Castro (Membro)

Prof. Dr. Márcio Lório Aranha (Membro Suplente)

FICHA CATALOGRÁFICA

CINTRA, Maria Eduarda Ribeiro

Lei de Acesso à Informação no Brasil: sua implementação e seus desafios. Maria Eduarda Ribeiro Cintra - Brasília, 2016.

302 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, 2016.

Orientadora: Prof. Dra. Ana Cláudia Farranha. Faculdade de Direito

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, especialmente à minha mãe, Rose, ao meu pai, João Tadeu, e ao meu irmão Riobaldo. Sem o apoio e amor de vocês jamais conseguiria chegar até aqui.

Ao Guilherme Cintra, pelo apoio e por ser parte da inspiração para ingressar no curso de Direito, bem como no mestrado, e aos familiares. Ao Bruno Duarte, por acompanhar parte dessa saga, pelo apoio e livros (que jamais serão devolvidos).

Agradeço à minha orientadora, Ana Cláudia Farranha, que me acolheu aos 45” do segundo tempo, com a maior receptividade possível. Não tenho dúvidas de que o trabalho seria outro se não tivesse contado com a sua brilhante orientação.

Especialmente ao Gabriel Sampaio e ao Marcelo Chilvarquer, pela compreensão e cobertura para fazer o mestrado. À Luísa Heráclio Panico e ao Marco Antônio Konopacki por terem aturado todas as angústias, lamúrias e felicidades que esse período me proporcionou todos os dias. Aos que compartilharam desses momentos enquanto estiveram na CGFM: Eduardo Spanó Paiva, Gustavo Ferraz, Magnus Henry, Rodrigo Mercante e ao Guilherme Moraes-Rego pelos valiosos ensinamentos no estilo Nelson Rodrigues de Direito Administrativo e pela dica do verão que jamais olvidarei. Não menos importantes, aos meus pequenos pela presença e juventude: Alceu Fernandes, Carol Freire, Dani Nunes, Duda Gomes, Felipe Damaceno, Igor Daniel, João Martins e Laís Dutra.

Ao Bonde, que sempre me deu cartaz e com o qual compartilhei inúmeros momentos deliciosamente orgânicos ao longo desses dois anos: Ana Cecília Paranaguá, Bruna Mendes, Camila Ramos, Isabele Bachtold, Jaqueline Barbosa Silva, Júlia Dantas, Mariana Malnati e Martha Estrela.

Aos burocratas mais lindos de toda a Esplanada pelos exemplos profissionais, acadêmicos e étlicos, além das deliciosas companhias nos almoços: Carolina Yumi, Celina Pereira, Clarice Calixto, Elisa Malta, Flávio Prol, Gabriela Ferraz, Guilherme

Almeida, Hamilton Gomes, Humberto Sousa, Ivan Franco, Leandro Guedes, Liana Figueiredo, Laura Muradi, Marina Lacerda, Mário Dittício, Natália Langenegger, Pedro Mantoan, Polliana Alencar, Ricardo Lobo, Ricardo Horta, Roberta Saita, Silas Cardoso, Tatiana Whately, Thiago Prado, Sabrina Durigon, Valéssio Brito, Victor Pimenta e Vladimir Sampaio.

Aos amigos da vida: André Flexa, Akira Martins, Ana Siqueira, Cláudio Souza, Felipe Gato, Lúcia Penna, Luiz Menezes, Luiz Sérgio Carvalho, Maria Scodeler, Rafael França, Rafael Neiva, Rafael Ramos, Renato Bigliuzzi, Sérgio Alves Jr. e Tatiana Estrela.

Aos meus queridos professores, que me acompanharam durante a graduação e são exemplos acadêmicos e profissionais: Ana Frazão, André Gomma, Cristiano Paixão, Ela Wiecko e Gabriela Neves Delgado.

À toda minha família – os Cintras e os Ribeiros –, especialmente aos meus três pequenos: Diego Henrique Cintra, Gabriel Alejandro Cintra e Victor Andrés Cintra.

Aos que me ajudaram a reconstruir o momento histórico da edição da LAI: Beto Vasconcelos, Márcio Camargo Cunha Filho, Pedro Abramovay e, especialmente ao Marivaldo de Castro Pereira, um dos maiores exemplos e motivações para continuar no Poder Executivo Federal, contribuindo com o meu tijolinho na construção de uma nova realidade para o Brasil.

RESUMO

A presente dissertação tem o objetivo de analisar a implementação da Lei de Acesso à Informação no Brasil. Partindo-se de uma reconstrução do marco legal internacional e nacional sobre o direito à informação, da reconstrução do momento de edição da Lei e a partir da análise do cumprimento dos deveres de transparência ativa e passiva, por meio da avaliação dos sítios dos 38 ministérios e das respostas concedidas pelos órgãos aos pedidos de informação realizados, verificar-se-á se o Brasil conseguiu, 3 anos após a edição da Lei, concretizar o direito de acesso à informação preconizado na Constituição Federal de 1988 e quais são os desafios que ainda precisam ser superados nesse caminho.

Palavras-chave: “Lei de Acesso à Informação”, “monitoramento”, “política” pública, “transparência ativa” e “transparência passiva”

ABSTRACT

The thesis aims at analyzing the implementation of Brazil's Law that ensures the right to seek, receive and access to information held by public bodies. Starting from a reconstruction of the international and national legal framework, the reconstruction of the moment of enactment of the Law and also from the analysis of the duties of active and passive transparency, through the evaluation of the websites and the answers given by the ministries, it will check if Brazil fully achieved, three years after the enactment of the Law, the right ensured in Brazil's Constitution and what are the challenges that still need to be overcome in this way.

Keywords: “Right to information act”, “implementation”, “public policy”, “active transparency” and “passive transparency”.

LISTA DE TABELAS

- Tabela 01– Checklist para avaliar transparência ativa
- Tabela 02 – Questionário elaborado para os órgãos
- Tabela 03 – Questionário elaborado para a CGU
- Tabela 04 – *Accountability* Democrática
- Tabela 05 – Lei Interamericana esquematizada
- Tabela 06 – Ocupação do cargo de Ministro da Casa Civil
- Tabela 07 – Ocupação do cargo de subchefe de assuntos jurídicos da Casa Civil
- Tabela 08 – Mudanças propostas pelo relatório do Senador Collor
- Tabela 09 – Ocupação do cargo de Secretário de Assuntos Legislativo
- Tabela 10 – Questionário de transparência ativa
- Tabela 11 – Informações institucionais do órgão
- Tabela 12 – Ações e Programas
- Tabela 13 – Participação Social
- Tabela 14 – Auditorias
- Tabela 15 – Convênios e Transferências
- Tabela 16 – Receitas e Despesas
- Tabela 17 – Licitações e Contratos
- Tabela 18 – Servidores
- Tabela 19 – Serviços de Informações Classificadas
- Tabela 20 – Serviço de Informação ao Cidadão
- Tabela 21 – Questionário elaborado para os órgãos
- Tabela 21 – Questionário elaborado para a CGU

LISTA DE FIGURAS

- Figura 01 – Direito à Comunicação
- Figura 02 – Linha Temporal do Projeto de Lei de Acesso à Informação na Câmara dos Deputados

Figura 03 – Linha Temporal do Projeto de Lei de Acesso à Informação no Senado Federal

Figura 04 – Processo de elaboração normativa

Figura 05 – Ciclo de uma política pública

Figura 06 – Formação da agenda governamental

Figura 07 – Acompanhamento da LAI

Figura 08 – Orientação dos órgãos

Figura 09 – Relatórios e estatísticas

Figura 10 – Promoção de campanhas

Figura 11 – Ações e Programas

Figura 12 – Plano plurianual

Figura 12 – Rendimento

Figura 13 – Gráfico sobre participação social

Figura 14 – Cadastro para solicitação de informações adicionais

Figura 15 – Gráfico de licitações e contratos

Figura 16 – Gráfico sobre os servidores

Figura 17 – Rendimento

Figura 18 – Ranking do Estado

Figura 19 – Salário comparado

Figura 20 – Gráfico sobre Perguntas Frequentes

Figura 21 – Dever de transparência ativa e passiva

Figura 22 – Linha do pedido de acesso à informação

Figura 23 – Registro do pedido de acesso à informação

Figura 24 – Sítio Eletrônico da CGU

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AGU – Advocacia-Geral da União

BCB – Banco Central do Brasil

CC – Casa Civil da Presidência da República

CGU – Controladoria Geral da União
e-SIC – Sistema Eletrônico de Serviço de Informação ao Cidadão
FOIA – *Freedom of Information Act*
GSI – Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LAI – Lei de Acesso à Informação
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MC – Ministério das Cidades
MCT – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MD – Ministério da Defesa
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
ME – Ministério da Educação
ME – Ministério do Esporte
MF – Ministério da Fazenda
MI – Ministério da Integração Nacional
MinC – Ministério da Cultura
MiniCom – Ministério das Comunicações
MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura
MJ – Ministério da Justiça
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MME – Ministério de Minas e Energia
MPOG – Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão
MPS – Ministério da Previdência Social
MRE – Ministério das Relações Exteriores
MS – Ministério da Saúde
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
MTur – Ministério do Turismo
ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OGP – *Open Government Partnership*

PL – Projeto de Lei

PLC – Projeto de Lei da Câmara

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNPS – Política Nacional de Participação Social

PPA – Plano Plurianual

SAE – Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

SDH – Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

SECOM – Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República

SG – Secretaria-Geral da Presidência da República

SIC – Sistema de Informação ao Cidadão

SIGA – Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo

SMPE – Secretaria da Micro e Pequena Empresa

SNPS – Sistema Nacional de Participação Social

SPM – Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República

STPC – Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção

TICs – Tecnologias da Informação e Comunicação

“A popular Government, without popular information, or the means of acquiring it, is but a Prologue to a Farce or a Tragedy; or, perhaps both. Knowledge will forever govern ignorance: And a people who mean to be their own Governors, must arm themselves with the power which knowledge gives.”

James Madison

SUMÁRIO

Prólogo.....	15
Introdução – Informação e direito: desenhando o universo da pesquisa.....	18
Capítulo 1 – O direito de acesso à informação.....	22
1.1 O direito à comunicação como <i>framework</i> do direito à informação.....	22
1.2 Marco legal internacional.....	28
1.3 Marco constitucional brasileiro.....	52
1.3.1 pré-constituição de 1988.....	52
1.3.2 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.....	55
Capítulo 2 – O acesso à informação no estado democrático brasileiro.....	59
2.1 Tratamento infraconstitucional até edição da LAI.....	59
2.2 Contexto de elaboração da LAI.....	70
2.2.1 O Projeto de Lei nº 219, de 2003.....	70
2.2.2 A proposta do Poder Executivo Federal para regulamentar o direito de acesso à informação.....	85
Capítulo 3 – Análise sobre a implementação da lei de acesso à informação.....	94
3.1 Overview sobre o ciclo de uma política pública.....	94
3.2 O ciclo da política pública.....	97
3.2.1 A montagem da agenda.....	98
3.2.2 A formulação da política e a tomada de decisão política.....	102
3.2.3 A implementação da política.....	103
3.2.3.1 Competência da controladoria geral da união.....	103
3.2.3.2 Competência dos órgãos do poder executivo federal.....	110
3.3 Monitoramento e transparência ativa: análise do conteúdo mínimo para cumprimento do decreto.....	111
3.3.1 Categorias e subitens analisados.....	115
3.3.1.1 Informações institucionais.....	115
3.3.1.2 Informações sobre ações e programas.....	116
3.3.1.3 Informações sobre participação social.....	129

3.3.1.4	Informações sobre auditorias.....	136
3.3.1.5	Informações sobre convênios e transferências.....	138
3.3.1.6	Informações sobre receitas e despesas.....	140
3.3.1.7	Informações sobre licitações e contratos.....	141
3.3.1.8	Informações sobre servidores.....	145
3.3.1.9	Informações sobre informações classificadas.....	153
3.3.1.10	Informações sobre o serviço de informação ao cidadão – SIC..	155
3.3.1.11	Informações sobre perguntas frequentes.....	156
3.3.1.12	Informações sobre programas financiados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.....	157
Capítulo 4	– O dever de transparência passiva.....	158
4. 1	Falta de parametrização.....	159
4. 2	Análise dos questionamentos feitos: aplicação dos aspectos do Decreto....	163
4.2.1	Capacitação dos servidores.....	171
4.2.2	Critérios/parâmetros para o monitoramento da Política.....	172
4.2.3.	Meios de divulgação do conteúdo mínimo.....	176
4.2.4	Controle de atualização das informações.....	177
4.2.5	Atualização da seção ações e programas.....	179
4.2.6	Outros canais de realização do pedido de acesso à informação.....	181
4.2.7	Demandas para a autoridade de monitoramento.....	182
4.2.8	Relatório anual do órgão.....	184
4. 3	Questionamentos para a Controladoria Geral de União.....	186
4.3.1	Ato conjunto CGU e MPOG que estabelece diretrizes.....	187
4.3.2	Ato conjunto CGU e MPOG no âmbito do SIC.....	188
4.3.3	Competência de fiscalização.....	188
4.3.4	Sanções em caso de descumprimento.....	189
4.3.5	Descumprimento de prazos pelos órgão do Poder Executivo Federal.....	190
5.	Considerações Finais.....	192
6.	Referências Bibliográficas.....	197
7.	Apêndice.....	203

PRÓLOGO

Essa dissertação é fruto de uma combinação de interesses e angústias. Antes de ingressar no Programa de Pós Graduação da Faculdade de Direito, eu já tinha um grande interesse no ciclo das políticas públicas, como um todo, e em ver como um ato normativo específico conseguia ser traduzido na estruturação de uma política completa, que saía do papel e modificava, das mais distintas maneiras, a vida de um cidadão, seja ele qual for.

Ao tentar ingressar na carreira de Especialista de Políticas Públicas e Gestão Governamental do Ministério do Planejamento, tive que aprofundar o conhecimento em algumas políticas públicas e, dentre elas, estava a política de acesso à informação viabilizada, em grande parte, pela Lei de Acesso à Informação.

O encantamento pela promessa de superação da cultura de segredo para o ingresso na chamada cultura de acesso e transparência me marcou, de uma certa maneira, naquele momento. Sem “tirar isso da cabeça”, ao me candidatar para o mestrado, pensei no quão interessante seria escrever sobre como as Tecnologias da Informação e Comunicação - TICs contribuíram para esse momento de transição do Estado brasileiro e como a Lei de Acesso à Informação conseguia, juntamente com essas tecnologias, promover de maneira adequada um dos conceitos mais proferidos em círculos acadêmicos e medidas governamentais: o *accountability*.

E assim ocorreu, consegui ingressar na linha 4 do mestrado, a então chamada “Globalização, Transformações do Direito e Ordem Econômica”, a única linha que conseguia englobar um projeto sobre o tema.

Logo no primeiro semestre do mestrado surgiu a primeira inquietação. Ao ler a dissertação sobre “Internet e democratização da representação política: desencontros de um casamento arranjado”, do colega Guilherme Sena de Assunção (2014), me deparei com uma discussão muito pertinente sobre como nem sempre a internet consegue ser um instrumento de promoção da democracia, ou seja, como esse conjunto de redes que é enxergado por muitos como promotor claro e inequívoco de

accountability pode ser vazio, ou, como o Sena afirma em sua dissertação, um “mecanismo retórico utilizado para emprestar legitimidade democrática à representação por meio de sua submissão ao controle social” (ASSUNÇÃO, 2014, p. 62) que não cumpre o seu papel em razão da ausência de um canal de comunicação efetivo entre os representados e representantes. Essa leitura já me fez repensar parte do projeto, em um momento que eu ainda nem contava com a ajuda de um orientador.

A segunda grande inquietação surgiu, também, naquele primeiro semestre quando, ao ingressar no quadro dos servidores do Ministério da Justiça, me vi no outro lado da situação. Parei de enxergar como única a perspectiva do cidadão que demanda, seja ativa ou passivamente, uma informação de um determinado órgão, para visualizar a situação do servidor público que, além de produzir conteúdos que, algumas vezes, serve para subsidiar as informações que são disponibilizadas ativamente no site do órgão, precisa responder à solicitação específica de um cidadão – pedido esse que nem sempre é muito claro.

Foi nesse momento, o de ter que responder pela Secretaria de Assuntos Legislativos ao pedido de informação de um cidadão, que me fez repensar todo o projeto.

Com a ajuda da minha orientadora, cheguei a conclusão de que seria mais pertinente avaliar a implementação da Lei de Acesso à Informação com todos os desafios nela propostos, sob dois enfoques: o da transparência ativa e passiva. Buscou-se, para além de outros estudos sobre a implementação que já foram realizados¹, até mesmo os que são realizados com uma frequência muito boa e interessante para avaliar a política pública de acesso à informação brasileira, focar de

¹ A título de exemplo, pode-se citar: Em primeiro lugar, os estudos da Artigo 19, que ocorrem desde o 1º ano de vigência da LAI por meio de um monitoramento anual com uma metodologia própria. Todos os estudos podem ser lidos em: <http://artigo19.org/blog/category/publicacoes/acesso-a-informacao/>. Em segundo lugar, vale destacar o monitoramento da própria CGU pelo Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão (E-SIC), cujas estatísticas podem ser vistas em: <http://www.acessoainformacao.gov.br/assuntos/relatorios-dados/relatorios-estatisticos/relatorios-estatisticos>

Como terceiro exemplo, vale destacar o estudo realizado pela Red de Transparencia y Acceso a la Información Pública, por meio do “informe general que contiene los resultados de la aplicación del usuario simulado regional en los procedimientos de acceso a la información de los países que integran la RTA”

maneira mais detalhada no Poder Executivo Federal, explicitando as dificuldades e acertos desses três anos de Lei de Acesso à Informação no país.

Com essa análise, não se busca desmerecer, de maneira alguma, todo o trabalho que foi, e ainda é, realizado para pela Controladoria Geral da União e por todas as autoridades que foram designadas pelos órgãos para assegurar o correto cumprimento da Lei, o seu monitoramento e a sua implementação, aos que competem recomendar medidas, aperfeiçoar normas e procedimentos, bem como orientar as respectivas unidades dentro de cada órgão quanto ao cumprimento tanto da Lei como de seu Decreto regulamentador.

Essas pessoas, conhecidas dentro da Esplanada dos Ministérios como os chamados *Artigos 40*, em razão de terem suas competências atribuídas pelo art. 40² da Lei de Acesso à Informação, merecem todo o respeito e admiração, já que buscam concretizar o direito à informação, preconizado na Constituição Federal de 1988.

O intuito do trabalho é contribuir para o aperfeiçoamento dessa política pública de acesso à informação, mostrando, por meio do monitoramento realizado, onde o Poder Executivo, que é o poder mais avançado em publicização de seus atos, ainda pode melhorar, trazendo mais transparência e formas mais adequadas de atendimento dos cidadãos brasileiros em suas demandas.

Espero que esta dissertação consiga cumprir o seu fim.

² Art. 40. No prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da vigência desta Lei, o dirigente máximo de cada órgão ou entidade da administração pública federal direta e indireta designará autoridade que lhe seja diretamente subordinada para, no âmbito do respectivo órgão ou entidade, exercer as seguintes atribuições:

I - assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso a informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos desta Lei;

II - monitorar a implementação do disposto nesta Lei e apresentar relatórios periódicos sobre o seu cumprimento;

III - recomendar as medidas indispensáveis à implementação e ao aperfeiçoamento das normas e procedimentos necessários ao correto cumprimento do disposto nesta Lei; e

IV - orientar as respectivas unidades no que se refere ao cumprimento do disposto nesta Lei e seus regulamentos.

Introdução – Informação e Direito: desenhando o universo da pesquisa

A Constituição de 1988 assegurou, no inciso XXXIII do art. 5º, que “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”.

Entretanto, somente 23 anos depois da promulgação da Constituição Federal o Estado brasileiro editou a Lei nº 12.527, de 2011, a Lei de Acesso à Informação, que estabeleceu um conjunto de diretrizes, as quais apontam caminhos para a concretização das formas de acesso, atribuindo direitos e deveres para a Administração e para os administrados.

Após três anos da entrada em vigor da Lei e da edição de seu Decreto regulamentador, o Decreto nº 7.724, de 2012, faz-se necessário uma análise dos mecanismos de implementação estabelecidos pelo marco regulador do direito ao acesso à informação pública. Nesse aspecto, o objetivo desta dissertação é identificar se as ações governamentais criadas a partir da Lei têm concretizado o direito de acesso à informação no País.

Nesse capítulo, apresentarei os pressupostos teóricos que fundamentarão a pesquisa, especialmente quanto ao direito à informação em suas distintas dimensões (civil, política e social), bem como o tratamento da legislação internacional sobre o tema. Será analisado o marco legal brasileiro por meio das estratégias estabelecidas pela LAI. Seguida de uma análise sobre a implementação da LAI, quanto ao cumprimento do dever de transparência ativa e passiva, a partir do conteúdo disponibilizado nos sítios oficiais dos órgãos e por meio de pedidos de acesso à informação realizados pelo e-SIC.

Por fim, será avaliado esse cumprimento, por meio dos dados fornecidos pelos órgãos, quais sejam os 38 ministérios, pelos dados sistematizados pela CGU, órgão

competente para monitorar a avaliar a Lei, pelos dados de monitoramento elaborados pela Organização Não Governamental Artigo 19, bem como por meio de entrevistas com atores responsáveis pela elaboração dos marcos legais de acesso à informação, tanto da Lei como do Decreto, bem como pelo monitoramento da ações propostas pela Lei.

Embasará a presente pesquisa a teoria sobre direitos fundamentais, especialmente quanto ao direito à informação, bem como a teoria sobre o ciclo de uma política pública. A pergunta que norteará a pesquisa é: como o Estado brasileiro, mais especificamente o Poder Executivo Federal, por meio de seus 24 ministérios, 9 secretarias da Presidência da República com status de ministério e 5 órgãos com status de ministério está implementando a Lei de Acesso à Informação? Qual é a análise que se pode obter da experiência desenvolvida nesses 03 anos? Os mecanismos criados pela Lei e pelo Decreto estão sendo suficientes para cumprir com o dever de transparência ativa e passiva?

Ao enfrentar as perguntas propostas, a pesquisa se valerá da Lei de Acesso à Informação e de seu Decreto regulamentador, e será fundamentada em:

1. Coleta junto aos 38 órgãos do Poder Executivo Federal para avaliar a transparência ativa e passiva (Ministérios e Órgãos com status de ministérios);
2. Coleta de informações dos Relatórios e Sistematizações feitos pela Controladoria Geral da União (órgão responsável pela fiscalização do cumprimento da LAI); e
3. Coleta dos dados de monitoramento feitos pela Organização não Governamental Artigo 19 (sob ótica da transparência ativa e passiva).

Para cumprir o item número 1, os dados serão coletados de duas formas: a primeira, para avaliar o cumprimento da transparência ativa, por meio de um *checklist* contendo os seguintes itens:

Tabela 01 – Checklist para avaliar transparência ativa

CATEGORIAS	CUMPRIU	NÃO CUMPRIU	NÃO SE APLICA
INSTITUCIONAL			
Estrutura organizacional			

Competências;			
Base jurídica da estrutura organizacional e das competências do órgão/entidade (legislação aplicável, regimentos internos...);			
Lista dos principais cargos e seus ocupantes (quem é quem)?			
Endereço, telefones e e-mails dos ocupantes dos principais cargos/unidades			
Agenda das autoridades			
Horários de atendimento ao público;			
AÇÕES E PROGRAMAS			
Lista dos programas e ações executados pelo órgão/entidade;			
Indicação da unidade responsável pelo desenvolvimento e implementação;			
Principais metas;			
Indicadores de resultado e impacto, quando existentes;			
Principais resultados.			
Carta de serviços ao cidadão			
PARTICIPAÇÃO SOCIAL			
Ouvidoria			
Denúncias			
Solicitações			
Sugestões			
Reclamações e elogios			
Audiência e consultas públicas			
Previstas			
Realizadas			
Conselhos e órgãos colegiados			
Conferências			
Previstas			
Realizadas			
Outras ações			
AUDITORIAS			
Exercício ao qual se referem			
Código e nome da respectiva unidade			
Número do processo no órgão ou entidade			
Número do processo no TCU			
Situação junto ao TCU			
CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS (INFORMAÇÕES NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA)			

Órgão superior			
Órgão subordinado ou entidade vinculada			
Unidade gestora			
Nome do conveniado			
Número do convênio			
Número do processo			
Objeto			
Valor de repasse			
Valor da contrapartida do conveniado			
Valor total dos recursos			
Período de vigência			
RECEITAS E DESPESAS (INFORMAÇÕES NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA)			
Receitas			
Previsão atualizada			
Receita realizada			
Receita lançada			
Categoria da receita origem da receita			
Despesas			
Quadro de detalhamento de programas, por unidade orçamentária do órgão			
Quadro de execução de despesas			
Despesas com diárias e passagens			
LICITAÇÕES E CONTRATOS (INFORMAÇÕES NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS)			
Licitações já realizadas			
Editais			
Anexos			
Resultados			
Contratos firmados e notas de empenho emitidas			
SERVIDORES			
remuneração e subsídio recebidos por ocupante de cargo, posto, graduação, função e emprego público, incluindo auxílios, ajudas de custo, jetons e quaisquer outras vantagens pecuniárias, bem como proventos de aposentadoria e pensões daqueles que estiverem na ativa, de maneira individualizada			
Número De Identificação Funcional			

Nome Completo			
CPF (Ocultando Os Três Primeiros Dígitos e Os Dois Dígitos Verificadores Do CPF)			
Cargo e Função			
Lotação			
Regime Jurídico			
Jornada De Trabalho			
Ato De Nomeação Ou Contratação			
Respectiva Data De Publicação Do Ato			
Cargo Efetivo Ou Permanente Ou Emprego Permanente			
Órgão Ou Entidade De Origem, No Caso De Servidor Requisitado Ou Cedido			
Remuneração Individualizada.			
Concursos públicos já realizados pelo órgão			
Lista completa dos terceirizados			
Nome completo do empregado			
CPF do empregado (devem ser ocultados os três primeiros dígitos e os dois dígitos verificadores)			
Cargo ou atividade exercida			
Lotação			
Local de exercício.			
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES CLASSIFICADAS			
Rol das informações classificadas em cada grau de sigilo, que deverá conter:			
código de indexação de documento;			
categoria na qual se enquadra a informação;			
indicação de dispositivo legal que fundamenta a classificação; e			
data da produção, data da classificação e prazo da classificação;			
Rol das informações desclassificadas nos últimos 12 meses			
Formulários de classificação e desclassificação			
SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO			
Localização, horário de funcionamento do SIC			
Nome dos servidores responsáveis pelo SIC			

Telefone e e-mails específicos para orientação e esclarecimento das dúvidas			
Nome e cargo da autoridade responsável pelo monitoramento da implementação da LAI.			
Relatório estatístico com a quantidade de pedidos de acesso à informação recebidos, atendidos e indeferidos			
Informações estatísticas agregadas dos requerentes			
SEÇÃO: “PERGUNTAS FREQUENTES”			
PROGRAMAS FINANCIADOS PELO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR - FAT.			

São, ao total, doze itens, divididos em subitens, conforme pode ser observado, que serão obtidos por meio dos dados disponibilizados no sítio eletrônico oficial de cada órgão analisado. Caso conste as informações buscadas no sítio, cada subitem será avaliado como cumprido ou não.

Por sua vez, para a avaliação do dever de transparência passiva, a análise recairá sobre as informações obtidas por meio dos pedidos de acesso à informação realizado para cada órgão. Solicitou-se resposta aos seguintes questionamentos, que serão avaliados em capítulo específico:

Tabela 02 – Questionário elaborado para os órgãos

PEDIDO DE ACESSO PARA OS ÓRGÃOS	
1.	Qual é a política de capacitação dos servidores do órgão para responder às demandas feitas pelos cidadãos via sic ou e-sic?
2.	Como é feita e quais critérios/parâmetros são adotados para monitorar a política pública de acesso à informação do Poder Executivo Federal como um todo e da CGU?
3.	Há outros meios/locais onde o Ministério divulga o conteúdo mínimo sobre as informações do órgão, além da divulgação obrigatória em sítio oficial da rede mundial de computadores (art. 8º LAI) ?
3.1	Se a resposta for sim, em quais meios (cite-os e indique os meios de acesso)?

<p>4. Há um controle sobre a periodicidade de atualização das informações mínimas exigidas pelo art. 8º, §1º da LAI no sítio oficial da rede mundial de computadores?</p> <p>4.1 Se a resposta for sim, qual é a periodicidade?</p> <p>4.2 Se a resposta for sim, como é feito esse controle?</p>
<p>5. Quando foi a última vez que a seção ações e programas do sítio oficial do órgão foi atualizada (responda por data/mês/ano)?</p> <p>5.1 Qual foi o conteúdo dessa última atualização?</p>
<p>6. Conforme faculdade prevista no §3º do art. 11 do Decreto nº 7.724, de 2012, que regulamenta a Lei de Acesso à Informação, há algum outro canal que o órgão disponibiliza para obtenção de pedido de acesso à informação, além do SIC no próprio órgão e do E-SIC no portal do órgão (por exemplo: contato telefônico ou correspondência física)?</p> <p>6.1 Se sim, qual local e qual é a forma de acesso?</p>
<p>7. Conforme estabelecido no art. 67 do Decreto nº 7.724, de 2012, solicito:</p> <p>1 - Avaliação e monitoramento da implementação do que dispõe o Decreto supracitado;</p> <p>2 - Quais recomendações e medidas para aperfeiçoar a implementação do disposto na LAI e em seu Decreto regulamentador a autoridade que cuida da implementação da Lei de Acesso no órgão têm a apresentar?</p>
<p>8. Solicito acesso ao relatório anual do órgão (referente ao ano de 2014) conforme previsto no art. 67, II do Decreto nº 7.724, de 2012.</p>

Elaboração própria

Além desse pedido de acesso que foi solicitado a todos os órgãos, realizou-se perguntas específicas para a Controladoria-Geral da União, em razão das competências ao órgão atribuídas pela Lei de Acesso à Informação.

Tabela 03 – Questionário elaborado para a CGU

PEDIDO DE ACESSO PARA A CGU
<p>1) Conforme estabelece o art. 69 do Decreto nº 7.724, de 2011, qual é o ato conjunto da CGU e do MPOG que estabelece procedimentos, regras e padrões de divulgação de informações ao público, fixando prazo máximo para</p>

atualização?
2) Conforme estabelece o art. 69 do Decreto nº 7.724, de 2011, qual é o ato conjunto da CGU e do MPOG que detalha os procedimentos necessários à busca, estruturação e prestação de informações no âmbito do SIC.
3) De qual órgão é a competência para fiscalizar se os procedimentos, regras e padrões de divulgação de informações ao público estão sendo cumpridas?
3.1) De qual ato normativo (ex: Lei, Decreto, Portaria ou Instrução Normativa) provem essa competência?
3.2 Como é feita essa fiscalização?
3.2.1 Qual é o procedimento?
3.2.2 Qual é a periodicidade que os 38 ministérios são submetidos à essa fiscalização?
3.2.3 Quando foi a última vez que os ministérios foram submetidos (separar a resposta por ministérios com a respectiva data/mês/ano)?
4) Há sanções aplicáveis aos órgãos ou ao gestor responsável em caso de descumprimento desses prazos?
4.1 Se sim, qual é a sanção?
4.2 Em qual ato normativo a sanção é baseada?
5) Quais órgãos, dentre os 38 ministérios do Poder Executivo Federal, não tem cumprido esses prazos?

Elaboração própria

Além do *checklist* e dos questionários, também compõem a presente pesquisa os dados obtidos por meio das entrevistas que foram feitas com gestores responsáveis pelo monitoramento das ações propostas pela Lei e por seu Decreto, bem como com atores envolvidos na elaboração da Lei e do Decreto.

Ao total, foram realizadas 03 entrevistas: uma com o então Subchefe de Assuntos Jurídicos e atual Secretário Nacional de Justiça, Beto Vasconcelos, uma com o então Subchefe Adjunto da Casa Civil e atual Secretário Executivo do Ministério da Justiça, Marivaldo de Castro Pereira e, por fim, com o então Secretário de Assuntos Legislativos e atual diretor para a América Latina da *Open Society Foundations*, Pedro

Vieira Abramovay.

Os três, a partir dos cargos que ocupavam, ajudaram a reconstruir o histórico que culminou na edição da Lei de Acesso à Informação e a realizar uma análise sobre dificuldades e desafios que ainda existem com relação a essa política pública.

Ademais, vale registrar o auxílio precioso do Marcio Camargo Cunha Filho, que além de ser pesquisador e ter concluído o seu mestrado sobre a Lei de Acesso à Informação, atualmente trabalha na Controladoria-Geral da União com a temática.

Para subsidiar a pesquisa proposta, utilizar-se-á a visão da Professora Maria Paula Bucci, cujo enfoque de estudo recai sobre a relação do direito e da política pública e a visão de *accountability* proposta por Abrucio e Loureiro (2004).

Ademais, para subsidiar a análise do ciclo da política pública e para compreender como é formada uma janela de oportunidade que viabiliza a entrada de um determinado tema entra na agenda governamental acabando na tradução do tema em uma política pública ou em uma ação, serão utilizados os conceitos teóricos de análise da agenda proposta por John Kingdon (2003), bem como o estudo acerca da política pública proposto por Leonardo Secchi (2010).

Partilha-se, aqui, da visão proposta por Coutinho (2013, p. 18), que enxerga o direito como vocalizador de demandas. Esse papel exige que, em um ciclo das políticas públicas, seja na fase de formulação, implementação, avaliação ou monitoramento, as decisões e as escolhas feitas devam ser abertas, fundamentadas – valendo-se de uma argumentação coerente e plausível e documentadas, de modo a assegurar a participação dos atores interessados e da sociedade como um todo.

A análise incidirá sobre a implementação da Lei de Acesso à Informação para saber se o Estado brasileiro tem vencido a cultura de segredo que se apresenta na Administração Pública, se o Estado tem cumprido os parâmetro mínimos propostos pela Lei, quais sejam os deveres de transparência ativa e passiva, e contribuído para a construção de uma cultura de acesso.

Em uma cultura de segredo, a requisição de uma informação pelo cidadão tende a ser tratada como um problema que sobrecarrega as atividades administrativas, restando a ele solicitar apenas informações que lhe digam respeito, muitas vezes por meio de ação judicial específica para tanto.

O Estado brasileiro avançou muito nas últimas duas décadas na construção de uma cultura de transparência e abertura de suas ações. Entende-se que essa abertura deve ocorrer por meio de distintos da construção e implementação de distintos mecanismos legais. Dentre esses, destacar-se-á a legislação de acesso à informação.

A forma de implementação dos mecanismos criados na Lei de Acesso à Informação, bem como no seu Decreto regulamentador serão analisados com objetivos de identificar se o Estado tem de fato superado a cultura de segredo, quanto à concretização do direito de acesso à informação. Analisar-se-á se o Poder Executivo Federal tem cumprido o dever de transparência ativa de acordo com os parâmetros existente no manual de boas práticas da CGU e as recomendações formuladas Artigo 19 e se tem respondido de maneira satisfatória quando o cidadão demanda alguma informação do Estado, concretizando uma ação de transparência passiva. A partir dessa análise, apontar-se-á os desafios que ainda precisam ser superados nesse Poder para a efetiva concretização desse direito.

Dessa maneira, tem-se como objetivo geral a análise da implementação da Lei de Acesso à Informação dentro Poder Executivo Federal, por meio de seus 38 ministérios, considerando a perspectiva de se essa implementação se conecta com os fundamentos do Direito à Informação.

Para isso, analisar-se-á, no capítulo 1, as dimensões do direito à comunicação, chegando ao direito à informação, seguido pela evolução da legislação internacional sobre o direito e a forma de acesso à informação.

Após, analisar-se-á a matriz constitucional do Direito em nosso país, passando pela evolução de tratamento do direito nas distintas Cartas Constitucionais.

O capítulo 2 focará no tratamento infraconstitucional existente no País até a edição da Lei de Acesso à Informação, ocorrida no dia 18 de novembro de 2011. Essa análise contemplará o Projeto de Lei que deu origem à LAI.

No capítulo 3 o foco recairá sobre o ciclo da política pública, mais especificamente sobre a entrada de um tema na agenda governamental e o monitoramento do dever de transparência ativa.

Já no capítulo 4 será feita a análise do cumprimento da transparência passiva por meio dos pedidos de acesso à informação realizados para os órgãos do Poder Executivo Federal.

Por fim, serão tecidas as considerações finais, avaliando-se a implementação da LAI por meio da pesquisa feita sobre transparência ativa e passiva. Ademais, serão traçados alguns desafios que ainda precisam ser superados na implementação dessa Lei no Poder Executivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

▪ LIVROS, ARTIGOS, CAPÍTULOS DE LIVROS

ABRUCIO, Fernando L.; LOUREIRO, Maria R. **Finanças públicas, democracia e *accountability*: debate teórico e o caso brasileiro**. In: ARVATE, Paulo R.; BIDERMAN, Ciro. *Economia do setor público no Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier; Campus, 2004. p. 75-102. Disponível em: http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/Publicacao_10705_em_17_06_2011_10_24_34.pdf. Último acesso em: 15 de fevereiro de 2016.

BOBBIO, Norberto. Dicionário de política. 12ª Ed. Universidade de Brasília. Brasília.1998. Disponível em: http://www.filoczar.com.br/Dicionarios/Dicionario_De_Politica.pdf. Último acesso em: 20 de fevereiro de 2016.

BONIFÁCIO, Robert e SCHLEGEL, Rogério. **Panorama e determinantes da satisfação com os serviços públicos no Brasil**. In: Revista do Serviço Público Brasília. Out/dez 2012. Disponível em: http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/upload/aaa/852-RSP_63_4_1_2012_panorama_e_determinantes_da_satisfacao_com_os_servicos_publicos_no_brasil.pdf. Último acesso em: 22 de fevereiro de 2016.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Direitos humanos e políticas públicas**. São Paulo. Pólis, 2001. 60p.

_____. **Fundamentos para uma Teoria Jurídica das Políticas Públicas**. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CANELA, Guilherme; NASCIMENTO, Solano (Org.). **Acesso à Informação e Controle Social das Políticas Públicas**. Brasília: Andi e Artigo 19, 2009. 132 p. Disponível em: <http://www.acessoainformacao.gov.br/acessoainformacaogov/publicacoes/Acesso-a-informacao-e-controle-social-das-politicas-publicas.pdf>. Último acesso em: 25 de fevereiro de 2016.

COUTINHO, Diogo R. **O Direito nas Políticas Públicas**. In: Eduardo Marques e Carlos Aurélio Pimenta de Faria. (Org.). *A Política Pública como Campo Multidisciplinar*. 1ªed. São Paulo e Rio de Janeiro: Editora Unesp e Editora Fiocruz, 2013, v. 1, p. 181-200.

DA MATTA, Roberto. **Sumário Executivo - Diagnóstico sobre Valores, Conhecimento e Cultura de Acesso à Informação Pública no Poder Executivo Federal Brasileiro**. Disponível em:

http://www.acessoainformacao.gov.br/acessoainformacaogov/publicacoes/SUMARIO_FI_NAL.pdf. Último acesso em: 15 de fevereiro de 2016.

FARRANHA, Ana Claudia. **Mecanismos para a construção da transparência: uma breve análise do percurso da democracia**. In: *Congresso Consad de Gestão Pública*, 6, 2013, Brasília. (Anais). Disponível em <http://repositorio.fjp.mg.gov.br/consad/handle/123456789/876>. Último acesso em: 27 de fevereiro de 2016.

_____. *Governo eletrônico, democracia online e direito à informação: análise do perfil em redes sociais da secretaria de políticas de promoção da igualdade racial (seppir/brazil)*, Brasília, 2015.

FILHO, Márcio Camargo Cunha e Xavier, Vítor César Silva. *Lei de Acesso à Informação: teoria e prática*. Rio de Janeiro. Editora Lumen Juris, 2015.

JARDIM, José Maria. **A lei de acesso à informação pública: dimensões político-informacionais**. 2013. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/1736/A%20LEI%20DE%20ACESSO.pdf?sequence=1>. Último acesso em: 03 de fevereiro de 2016.

KINGDON, John W. **Agenda, alternatives, and public policies**. 2ª Ed. Editora Longman, 2003.

MARTOS, José Antônio Montila, SARLET, Ingo Wolfgang e RUARO, Regina Linden (Coordenadores). **Acesso à Informação como Direito Fundamental e Dever Estatal**. Editora Livraria do Advogado, 2015.

MEDEIROS, Anny Karine de; CRANTSCHANINOV, Tamara Ilinsky; SILVA, Fernanda Cristina da. **Estudos sobre accountability no Brasil: meta-análise de periódicos brasileiros das áreas de administração, administração pública, ciência política e ciências sociais**. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 3, p. 745-775, Junho de 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003476122013000300010&lng=en&nrm=iso. Último acesso em: 10 de fevereiro de 2016.

MENDEL, Toby. **Liberdade de informação: um estudo de direito comparado**. 2ª ed. Brasília: Unesco, 2009. Disponível em: <http://www.acessoainformacao.gov.br/acessoainformacaogov/publicacoes/liberdade-informacao-estudo-direito-comparado-unesco.pdf>. Último acesso em: 27 de janeiro de 2016.

NUNES, Alexandre Augusto Pereira. **Direito Fundamental de Acesso à Informação**. Rio de Janeiro. Editora Lumens Juris. 2014

PETERSON, Trudy Huskamp. **Um projeto sobre acesso**. In: Acervo: Revista do Arquivo Nacional. Volume 24, nº 01, jan/jun de 2011. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo. Cengage Learning. 2010.

SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 36ª Ed. São Paulo. Editora Malheiros. 2012.

▪ **TESES E DISSERTAÇÕES**

BADIN, Luiz Armando. 2007. **O Direito Fundamental à Informação em Face da Segurança do Estado e da Sociedade**. Doutorado, Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo.

ASSUNÇÃO, Guilherme Sena. 2014. **Internet e democratização da representação política: desencontros de um casamento arranjado**. Mestrado, Faculdade de Direito, Universidade de Brasília.

▪ **DOCUMENTOS, PROJETOS, RELATÓRIOS**

ARTIGO 19. **Entendendo a Lei Geral de Acesso à Informação**. Disponível em: http://artigo19.org/doc/entenda_a_lei_final_web.pdf. Último acesso em: 28 de fevereiro de 2016.

_____ **Análise do projeto de lei de acesso à informação pública**. Disponível em: http://www.artigo19.org/site/documentos/analise_do_projeto_de_lei_de_acesso_a_info_publica.pdf. Último acesso em: 28 de fevereiro de 2016.

_____ **Lei de Acesso à Informação: dilemas da implementação**. Disponível em: [http://artigo19.org/doc/Estudos%20em%20Liberdade%20de%20Informação%201%20\(web\).pdf](http://artigo19.org/doc/Estudos%20em%20Liberdade%20de%20Informação%201%20(web).pdf). Último acesso em: 28 de fevereiro de 2016.

_____ **Monitoramento da Lei de Acesso à Informação Pública em 2014**. Disponível em: <http://artigo19.org/wp-content/uploads/2015/05/Monitoramento-da-Lei-de-Acesso-À-Informação-Pública-em-2014.pdf>. Último acesso em: 28 de fevereiro de 2016.

_____ **Statement on the Right to Communicate**. Londres, 2003. Disponível em: <https://www.article19.org/data/files/pdfs/publications/right-to-communicate.pdf> Último acesso em: 20 de janeiro de 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm Último acesso em: 28 de fevereiro de 2016.

_____. Portaria Interministerial nº 1.254, de 18 de maio de 2015. Institui o Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) no âmbito do Poder Executivo federal. Disponível em: <http://www.acessoainformacao.gov.br/assuntos/conheca-seu-direito/legislacao-relacionada-1/cgu-prt-inter-1254.pdf>. Último acesso em: 24 de janeiro de 2016.

_____. Decreto nº 678, de 06 de novembro de 1992. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D0678.htm. Último acesso em: 20 de janeiro de 2016.

_____. Decreto nº 4.410, de 07 de outubro de 2002. Promulga a Convenção Interamericana contra a Corrupção, de 29 de março de 1996, com reserva para o art. XI, parágrafo 1º, inciso “c”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4410.htm. Último acesso em: 05 de dezembro de 2015.

_____. Decreto nº 4.176, de 28 de março de 2002. Estabelece normas e diretrizes para a elaboração, a redação, a alteração, a consolidação e o encaminhamento ao Presidente da República de projetos de atos normativos de competência dos órgãos do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4176.htm. Último acesso em: 20 de janeiro de 2016.

_____. Decreto nº 5.482, de 30 de julho de 2005. Dispõe sobre a divulgação de dados e informações pelas entidades da administração pública federal, por meio da Rede Mundial de Computadores - Internet. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5482.htm. Último acesso em: 15 de dezembro de 2015.

_____. Decreto nº 5.687, de 31 de janeiro de 2006. Promulga a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, adotada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas em 31 de outubro de 2003 e assinada pelo Brasil em 9 de dezembro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5687.htm Último acesso em: 07 de janeiro de 2016.

_____. Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Justiça, e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6061.htm
acesso em: 31 de janeiro de 2016.

Último

_____ Decreto nº 7.430, de 17 de janeiro de 2011. Dispõe sobre a transferência do Arquivo Nacional e do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ da Casa Civil da Presidência da República para o Ministério da Justiça. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20112014/2011/Decreto/D7430.htm#art4.
Último acesso em: 31 de janeiro de 2016.

_____ Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do **caput** do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7724.htm Último acesso em: 28 de fevereiro de 2016.

_____ Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011. Dispõe sobre o Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISF, do Poder Executivo Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7579.htm. Último acesso em: 31 de janeiro de 2016.

_____ Decreto nº 7.866, de 19 de dezembro de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7866.htm Último acesso em: 15 de outubro de 2015.

_____ Decreto nº 8.109, de 17 de setembro de 2013. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Controladoria-Geral da União e remaneja cargos em comissão. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8109.htm Último acesso em: 25 de janeiro de 2016.

_____ Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014. Institui a Política Nacional de Participação Social – PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social – SNPS, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8243.htm. Último acesso em: 26 de janeiro de 2016.

_____ Decreto nº 8.578, de 26 de novembro de 2015. Aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e dispõe sobre a criação da Comissão de Transição e Inventariança da Extinta Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20152018/2015/Decreto/D8578.htm#art12ii.
Último acesso em: 31 de janeiro de 2016.

_____ Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm. Último acesso em: 29 de janeiro de 2016.

_____ Lei nº 9.507, de 12 de novembro de 1997. Regula o direito de acesso à informações e disciplina o rito processual do habeas data. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9507.htm. Último acesso em: 02 de janeiro de 2016.

_____ Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.683.htm. Último acesso em: 25 de janeiro de 2016.

_____ Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005. Regulamenta a parte final do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 5º da Constituição Federal e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11111.htm. Último acesso em: 10 de janeiro de 2016.

_____ Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Último acesso em: 28 de fevereiro de 2016.

_____ Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12593.htm. Último acesso em: 20 de janeiro de 2016.

_____ Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm. Último acesso em: 07 de janeiro de 2016.

_____ Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm. Último acesso em: 07 de janeiro de 2016.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Secretaria-Geral da. Participação Social no Brasil: entre conquistas e desafios. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.secretariageral.gov.br/noticias/2014/julho/19-12-2014-secretaria-geral-lanca-publicacao-sobre-conquistas-e-desafios-da-participacao-social-no-brasil> . Último acesso em: 10 de janeiro de 2016.

UNIÃO, Controladoria Geral da. 2015. Guia de Publicação Ativa nos Sítios Eletrônicos dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Federal. p. 39. Disponível em: http://www.acessoainformacao.gov.br/lai-para-sic/sic-apoio-orientacoes/guias-e-orientacoes/guia_3a-versao-publicado-agosto-2015.pdf Último acesso em: 28 de fevereiro de 2016.

UNIÃO, Controladoria Geral da. 2013. Portaria nº 277, de 07 de fevereiro de 2013. Disponível em: http://www.cgu.gov.br/sobre/legislacao/arquivos/portarias/portaria_cgu_277_2013-1.pdf. Último acesso em: 02 de fevereiro de 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

AVISO SOBRE A UTILIZAÇÃO DAS RESPOSTAS FEITAS VIA LAI

O presente questionamento faz parte da pesquisa de mestrado “Lei de Acesso à Informação no Brasil: sua implementação e seus desafios” da estudante **MARIA EDUARDA RIBEIRO CINTRA** na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, feita sob a orientação da Profa. Dra. **ANA CLÁUDIA FARRANHA**. As informações e os resultados obtidos a partir da análise poderão ser veiculados através da sua dissertação de mestrado e em artigos científicos, revistas especializadas ou encontros científicos.

APÊNDICE 2

TERMO DE CONSENTIMENTO PARA AS ENTREVISTAS

A presente entrevista faz parte da pesquisa de mestrado da estudante **MARIA EDUARDA RIBEIRO CINTRA** na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, feita sob a orientação da Profa. Dra. **ANA CLAÚDIA FARRANHA**, a ser defendida até março de 2016.

O objetivo geral dessa pesquisa é analisar o monitoramento de parte da política pública de acesso à informação estabelecida pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, bem como pelo seu Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012 a partir de parâmetros dispostos nessa legislação, nos dados da Controladoria Geral da União e na forma de monitoramento proposta pela Organização não governamental Artigo 19.

Com o intuito de avaliar a forma como o monitoramento da política pública está sendo feito, serão realizadas entrevistas com atores da sociedade civil envolvidos na discussão, assim como gestores públicos envolvidos no monitoramento atual e com os que participaram da construção do marco legal.

Para evitar qualquer perda de conteúdo, as entrevistas presenciais serão gravadas com a utilização de um aplicativo instalado no celular e, no caso das entrevistas realizadas via streaming, o áudio será gravado pelo computador da entrevistadora por meio de um outro aplicativo auxiliar.

Por se tratar da investigação acadêmica, entende-se que os nomes dos entrevistados poderão ser divulgados ao longo do texto da dissertação. No entanto, o(a) entrevistado(a) poderá exigir anonimato ao revelar determinada informação ou negar-se a responder qualquer pergunta se isso lhe faz sentir-se desconfortável.

Essas entrevistas são de uso exclusivo da pesquisadora, e os resultados poderão ser veiculados através da sua dissertação de mestrado e em artigos científicos, revistas especializadas ou encontros científicos.

Qualquer observação à entrevista ou ao trabalho como um todo poderá ser feito à pesquisadora por meio do email: dudacintra@gmail.com ou pelo telefone (61) 84877077.

Agradeço a gentileza de ceder o seu tempo para essa entrevista.

APÊNDICE 3

ANEXO DO TERMO DE CONSENTIMENTO PARA AS ENTREVISTAS

Declaro para os devidos fins que estou ciente do teor da pesquisa e concordo em participar de forma livre e esclarecida.

Nome: _____

Local e Data: _____

Assinatura: _____

APÊNDICE 4

TABELA UTILIZADA PARA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE TRANSPARÊNCIA ATIVA

CATEGORIAS	CUMPRIU	NÃO CUMPRIU	NÃO SE APLICA
INSTITUCIONAL			
Estrutura organizacional			
Competências;			
Base jurídica da estrutura organizacional e das competências do órgão/entidade (legislação aplicável, regimentos internos...);			
Lista dos principais cargos e seus ocupantes (quem é quem)?			
Endereço, telefones e e-mails dos ocupantes dos principais cargos/unidades			
Agenda das autoridades			
Horários de atendimento ao público;			
AÇÕES E PROGRAMAS			
Lista dos programas e ações executados pelo órgão/entidade;			
Indicação da unidade responsável pelo desenvolvimento e implementação;			
Principais metas;			
Indicadores de resultado e impacto, quando existentes;			
Principais resultados.			
Carta de serviços ao cidadão			
PARTICIPAÇÃO SOCIAL			
Ouvidoria			
Denúncias Solicitações Sugestões			
Reclamações e elogios			
Audiência e consultas públicas			
Previstas Realizadas			
Conselhos e órgãos colegiados			
Conferências			
Previstas Realizadas			
Outras ações			
AUDITORIAS			

Exercício ao qual se referem			
Código e nome da respectiva unidade			
Número do processo no órgão ou entidade			
Número do processo no TCU			
Situação junto ao TCU			
CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS (INFORMAÇÕES NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA)			
Órgão superior			
Órgão subordinado ou entidade vinculada			
Unidade gestora			
Nome do conveniado			
Número do convênio			
Número do processo			
Objeto			
Valor de repasse			
Valor da contrapartida do conveniado			
Valor total dos recursos			
Período de vigência			
RECEITAS E DESPESAS (INFORMAÇÕES NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA)			
Receitas			
Previsão atualizada			
Receita realizada			
Receita lançada			
Categoria da receita			
origem da receita			
Despesas			
Quadro de detalhamento de programas, por unidade orçamentária do órgão			
Quadro de execução de despesas			
Despesas com diárias e passagens			
LICITAÇÕES E CONTRATOS (INFORMAÇÕES NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS)			
Licitações já realizadas			
Editais			
Anexos			
Resultados			
Contratos firmados e notas de empenho emitidas			
SERVIDORES			

remuneração e subsídio recebidos por ocupante de cargo, posto, graduação, função e emprego público, incluindo auxílios, ajudas de custo, jetons e quaisquer outras vantagens pecuniárias, bem como proventos de aposentadoria e pensões daqueles que estiverem na ativa, de maneira individualizada			
Número De Identificação Funcional			
Nome Completo			
CPF (Ocultando Os Três Primeiros Dígitos e Os Dois Dígitos Verificadores Do CPF)			
Cargo e Função			
Lotação			
Regime Jurídico			
Jornada De Trabalho			
Ato De Nomeação Ou Contratação			
Respectiva Data De Publicação Do Ato			
Cargo Efetivo Ou Permanente Ou Emprego Permanente			
Órgão Ou Entidade De Origem, No Caso De Servidor Requisitado Ou Cedido			
Remuneração Individualizada.			
Concursos públicos já realizados pelo órgão			
Lista completa dos terceirizados			
Nome completo do empregado			
CPF do empregado (devem ser ocultados os três primeiros dígitos e os dois dígitos verificadores)			
Cargo ou atividade exercida			
Lotação			
Local de exercício.			
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES CLASSIFICADAS			
Rol das informações classificadas em cada grau de sigilo, que deverá conter:			
código de indexação de documento;			
categoria na qual se enquadra a informação;			
indicação de dispositivo legal que fundamenta a classificação; e			
data da produção, data da classificação e prazo da classificação;			
Rol das informações desclassificadas nos			

últimos 12 meses			
Formulários de classificação e desclassificação			
SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO			
Localização, horário de funcionamento do SIC			
Nome dos servidores responsáveis pelo SIC			
Telefone e e-mails específicos para orientação e esclarecimento das dúvidas			
Nome e cargo da autoridade responsável pelo monitoramento da implementação da LAI.			
Relatório estatístico com a quantidade de pedidos de acesso à informação recebidos, atendidos e indeferidos			
Informações estatísticas agregadas dos requerentes			
SEÇÃO: “PERGUNTAS FREQUENTES”			
PROGRAMAS FINANCIADOS PELO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR - FAT.			

APÊNDICE 5

Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011

TEXTO DA LEI	COMENTÁRIOS
LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011.	
Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.	Ementa
CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS	
Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.	Abrangência da Lei: União, Estados, DF e Municípios
Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei:	
I - os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público;	
II - as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.	
Art. 2º Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres.	Aplicação para entidades que contem com recursos públicos
Parágrafo único. A publicidade a que estão submetidas as entidades citadas no caput refere-se à parcela dos recursos públicos recebidos e à sua destinação, sem prejuízo das prestações de contas a que estejam legalmente obrigadas.	
Art. 3º Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:	Objetivos dos procedimentos estabelecidos pela Lei
I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;	

II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;	
III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;	
IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;	
V - desenvolvimento do controle social da administração pública.	
Art. 4º Para os efeitos desta Lei, considera-se:	Definição dos principais conceitos
I - informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;	Informação
II - documento: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;	Documento
III - informação sigilosa: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado;	Informação sigilosa
IV - informação pessoal: aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável;	Informação pessoal
V - tratamento da informação: conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação;	Tratamento da Informação
VI - disponibilidade: qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados;	Disponibilidade
VII - autenticidade: qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema;	Autenticidade
VIII - integridade: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino;	Integridade
IX - primariedade: qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.	Primariedade
Art. 5º É dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.	Forma como se deve garantir o direito: por meio de procedimentos objetivos e ágeis.
CAPÍTULO II DO ACESSO A INFORMAÇÕES E DA SUA DIVULGAÇÃO	
Art. 6º Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a:	Deveres dos órgãos:
I - gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua	Gestão transparente

divulgação;	
II - proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade; e	Proteção da informação
III - proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso.	Proteção da informação sigilosa e pessoal
Art. 7º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter:	Direitos assegurados ao requerente
I - orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada;	
II - informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos;	
III - informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha cessado;	
IV - informação primária, íntegra, autêntica e atualizada;	
V - informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços;	
VI - informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação, contratos administrativos; e	
VII - informação relativa:	
a) à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos;	
b) ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas relativas a exercícios anteriores.	
§ 1º O acesso à informação previsto no caput não compreende as informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.	
§ 2º Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.	
§ 3º O direito de acesso aos documentos ou às informações neles contidas utilizados como fundamento da tomada de decisão e do ato administrativo será assegurado com a edição do ato decisório respectivo.	Hipótese de documento preparatório
§ 4º A negativa de acesso às informações objeto de pedido formulado aos	

órgãos e entidades referidas no art. 1º, quando não fundamentada, sujeitará o responsável a medidas disciplinares, nos termos do art. 32 desta Lei.	
§ 5º Informado do extravio da informação solicitada, poderá o interessado requerer à autoridade competente a imediata abertura de sindicância para apurar o desaparecimento da respectiva documentação.	
§ 6º Verificada a hipótese prevista no § 5º deste artigo, o responsável pela guarda da informação extraviada deverá, no prazo de 10 (dez) dias, justificar o fato e indicar testemunhas que comprovem sua alegação.	
Art. 8º É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.	Dever de transparência ativa
§ 1º Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo:	Conteúdo mínimo da transparência ativa
I - registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;	
II - registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;	
III - registros das despesas;	
IV - informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;	
V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; e	
VI - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.	
§ 2º Para cumprimento do disposto no caput, os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet).	
§ 3º Os sítios de que trata o § 2º deverão, na forma de regulamento, atender, entre outros, aos seguintes requisitos:	Requisitos dos sítios eletrônicos.
I - conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;	
II - possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;	
III - possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;	
IV - divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação;	

V - garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso;	
VI - manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;	
VII - indicar local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio; e	
VIII - adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, nos termos do art. 17 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e do art. 9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008.	
§ 4º Os Municípios com população de até 10.000 (dez mil) habitantes ficam dispensados da divulgação obrigatória na internet a que se refere o § 2º, mantida a obrigatoriedade de divulgação, em tempo real, de informações relativas à execução orçamentária e financeira, nos critérios e prazos previstos no art. 73-B da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).	
Art. 9º O acesso a informações públicas será assegurado mediante:	Formas de assegurar o acesso:
I - criação de serviço de informações ao cidadão, nos órgãos e entidades do poder público, em local com condições apropriadas para:	Criação do SIC/ e-SIC
a) atender e orientar o público quanto ao acesso a informações;	
b) informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades;	
c) protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações; e	
II - realização de audiências ou consultas públicas, incentivo à participação popular ou a outras formas de divulgação.	
<p style="text-align: center;">CAPÍTULO III</p> <p style="text-align: center;">DO PROCEDIMENTO DE ACESSO À INFORMAÇÃO</p> <p style="text-align: center;">Seção I</p> <p style="text-align: center;">Do Pedido de Acesso</p>	
Art. 10. Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos no art. 1º desta Lei, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida.	Dever de transparência passiva
§ 1º Para o acesso a informações de interesse público, a identificação do requerente não pode conter exigências que inviabilizem a solicitação.	
§ 2º Os órgãos e entidades do poder público devem viabilizar alternativa de encaminhamento de pedidos de acesso por meio de seus sítios oficiais na internet.	Ponto para ser analisado: órgãos deveriam viabilizar acesso por meio da internet. Mas esse deve ser o canal principal de acesso?

§ 3º São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.	
Art. 11. O órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível.	
§ 1º Não sendo possível conceder o acesso imediato, na forma disposta no caput, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá, em prazo não superior a 20 (vinte) dias:	
I - comunicar a data, local e modo para se realizar a consulta, efetuar a reprodução ou obter a certidão;	Inviabilização do acesso à informação de pessoas que não residam no local?
II - indicar as razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, do acesso pretendido; ou	
III - comunicar que não possui a informação, indicar, se for do seu conhecimento, o órgão ou a entidade que a detém, ou, ainda, remeter o requerimento a esse órgão ou entidade, cientificando o interessado da remessa de seu pedido de informação.	
§ 2º O prazo referido no § 1º poderá ser prorrogado por mais 10 (dez) dias, mediante justificativa expressa, da qual será cientificado o requerente.	
§ 3º Sem prejuízo da segurança e da proteção das informações e do cumprimento da legislação aplicável, o órgão ou entidade poderá oferecer meios para que o próprio requerente possa pesquisar a informação de que necessitar.	
§ 4º Quando não for autorizado o acesso por se tratar de informação total ou parcialmente sigilosa, o requerente deverá ser informado sobre a possibilidade de recurso, prazos e condições para sua interposição, devendo, ainda, ser-lhe indicada a autoridade competente para sua apreciação.	
§ 5º A informação armazenada em formato digital será fornecida nesse formato, caso haja anuência do requerente.	
§ 6º Caso a informação solicitada esteja disponível ao público em formato impresso, eletrônico ou em qualquer outro meio de acesso universal, serão informados ao requerente, por escrito, o lugar e a forma pela qual se poderá consultar, obter ou reproduzir a referida informação, procedimento esse que desonerará o órgão ou entidade pública da obrigação de seu fornecimento direto, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para realizar por si mesmo tais procedimentos.	
Art. 12. O serviço de busca e fornecimento da informação é gratuito, salvo nas hipóteses de reprodução de documentos pelo órgão ou entidade pública consultada, situação em que poderá ser cobrado exclusivamente o valor necessário ao ressarcimento do custo dos serviços e dos materiais utilizados.	
Parágrafo único. Estará isento de ressarcir os custos previstos no caput todo	

aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983.	
Art. 13. Quando se tratar de acesso à informação contida em documento cuja manipulação possa prejudicar sua integridade, deverá ser oferecida a consulta de cópia, com certificação de que esta confere com o original.	
Parágrafo único. Na impossibilidade de obtenção de cópias, o interessado poderá solicitar que, a suas expensas e sob supervisão de servidor público, a reprodução seja feita por outro meio que não ponha em risco a conservação do documento original.	
Art. 14. É direito do requerente obter o inteiro teor de decisão de negativa de acesso, por certidão ou cópia.	Direito à decisão que nega o acesso.
Seção II Dos Recursos	
Art. 15. No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua ciência.	Prazos recursais
Parágrafo único. O recurso será dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, que deverá se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias.	1º Recurso – Autoridade hierarquicamente superior
Art. 16. Negado o acesso a informação pelos órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal, o requerente poderá recorrer à Controladoria-Geral da União, que deliberará no prazo de 5 (cinco) dias se:	2º Recurso – CGU
I - o acesso à informação não classificada como sigilosa for negado;	
II - a decisão de negativa de acesso à informação total ou parcialmente classificada como sigilosa não indicar a autoridade classificadora ou a hierarquicamente superior a quem possa ser dirigido pedido de acesso ou desclassificação;	
III - os procedimentos de classificação de informação sigilosa estabelecidos nesta Lei não tiverem sido observados; e	
IV - estiverem sendo descumpridos prazos ou outros procedimentos previstos nesta Lei.	
§ 1º O recurso previsto neste artigo somente poderá ser dirigido à Controladoria-Geral da União depois de submetido à apreciação de pelo menos uma autoridade hierarquicamente superior àquela que exarou a decisão impugnada, que deliberará no prazo de 5 (cinco) dias.	
§ 2º Verificada a procedência das razões do recurso, a Controladoria-Geral da União determinará ao órgão ou entidade que adote as providências	

necessárias para dar cumprimento ao disposto nesta Lei.	
§ 3º Negado o acesso à informação pela Controladoria-Geral da União, poderá ser interposto recurso à Comissão Mista de Reavaliação de Informações, a que se refere o art. 35.	3º Recurso – CMRI
Art. 17. No caso de indeferimento de pedido de desclassificação de informação protocolado em órgão da administração pública federal, poderá o requerente recorrer ao Ministro de Estado da área, sem prejuízo das competências da Comissão Mista de Reavaliação de Informações, previstas no art. 35, e do disposto no art. 16.	
§ 1º O recurso previsto neste artigo somente poderá ser dirigido às autoridades mencionadas depois de submetido à apreciação de pelo menos uma autoridade hierarquicamente superior à autoridade que exarou a decisão impugnada e, no caso das Forças Armadas, ao respectivo Comando.	
§ 2º Indeferido o recurso previsto no caput que tenha como objeto a desclassificação de informação secreta ou ultrassecreta, caberá recurso à Comissão Mista de Reavaliação de Informações prevista no art. 35.	
Art. 18. Os procedimentos de revisão de decisões denegatórias proferidas no recurso previsto no art. 15 e de revisão de classificação de documentos sigilosos serão objeto de regulamentação própria dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público, em seus respectivos âmbitos, assegurado ao solicitante, em qualquer caso, o direito de ser informado sobre o andamento de seu pedido.	
Art. 19. (VETADO).	
§ 1º (VETADO).	
§ 2º Os órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público informarão ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público, respectivamente, as decisões que, em grau de recurso, negarem acesso a informações de interesse público.	
Art. 20. Aplica-se subsidiariamente, no que couber, a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, ao procedimento de que trata este Capítulo.	
CAPÍTULO IV DAS RESTRIÇÕES DE ACESSO À INFORMAÇÃO Seção I Disposições Gerais	
Art. 21. Não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.	Não cabimento de negativa
Parágrafo único. As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos	

ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso.	
Art. 22. O disposto nesta Lei não exclui as demais hipóteses legais de sigilo e de segredo de justiça nem as hipóteses de segredo industrial decorrentes da exploração direta de atividade econômica pelo Estado ou por pessoa física ou entidade privada que tenha qualquer vínculo com o poder público.	
Seção II Da Classificação da Informação quanto ao Grau e Prazos de Sigilo	
Art. 23. São consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, passíveis de classificação as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam:	Hipóteses de sigilo
I - pôr em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional;	
II - prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações ou as relações internacionais do País, ou as que tenham sido fornecidas em caráter sigiloso por outros Estados e organismos internacionais;	
III - pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população;	
IV - oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País;	
V - prejudicar ou causar risco a planos ou operações estratégicos das Forças Armadas;	
VI - prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, assim como a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional;	
VII - pôr em risco a segurança de instituições ou de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares; ou	
VIII - comprometer atividades de inteligência, bem como de investigação ou fiscalização em andamento, relacionadas com a prevenção ou repressão de infrações.	
Art. 24. A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada.	
§ 1º Os prazos máximos de restrição de acesso à informação, conforme a classificação prevista no caput, vigoram a partir da data de sua produção e são os seguintes:	Prazos para o sigilo
I - ultrassecreta: 25 (vinte e cinco) anos;	
II - secreta: 15 (quinze) anos; e	
III - reservada: 5 (cinco) anos.	

§ 2º As informações que puderem colocar em risco a segurança do Presidente e Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e filhos(as) serão classificadas como reservadas e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição.	
§ 3º Alternativamente aos prazos previstos no § 1º, poderá ser estabelecida como termo final de restrição de acesso a ocorrência de determinado evento, desde que este ocorra antes do transcurso do prazo máximo de classificação.	
§ 4º Transcorrido o prazo de classificação ou consumado o evento que defina o seu termo final, a informação tornar-se-á, automaticamente, de acesso público.	
§ 5º Para a classificação da informação em determinado grau de sigilo, deverá ser observado o interesse público da informação e utilizado o critério menos restritivo possível, considerados:	
I - a gravidade do risco ou dano à segurança da sociedade e do Estado; e	
II - o prazo máximo de restrição de acesso ou o evento que defina seu termo final.	
Seção III Da Proteção e do Controle de Informações Sigilosas	Controle de Acesso
Art. 25. É dever do Estado controlar o acesso e a divulgação de informações sigilosas produzidas por seus órgãos e entidades, assegurando a sua proteção. (Regulamento)	
§ 1º O acesso, a divulgação e o tratamento de informação classificada como sigilosa ficarão restritos a pessoas que tenham necessidade de conhecê-la e que sejam devidamente credenciadas na forma do regulamento, sem prejuízo das atribuições dos agentes públicos autorizados por lei.	
§ 2º O acesso à informação classificada como sigilosa cria a obrigação para aquele que a obteve de resguardar o sigilo.	
§ 3º Regulamento disporá sobre procedimentos e medidas a serem adotados para o tratamento de informação sigilosa, de modo a protegê-la contra perda, alteração indevida, acesso, transmissão e divulgação não autorizados.	
Art. 26. As autoridades públicas adotarão as providências necessárias para que o pessoal a elas subordinado hierarquicamente conheça as normas e observe as medidas e procedimentos de segurança para tratamento de informações sigilosas.	
Parágrafo único. A pessoa física ou entidade privada que, em razão de qualquer vínculo com o poder público, executar atividades de tratamento de informações sigilosas adotarás as providências necessárias para que seus empregados, prepostos ou representantes observem as medidas e procedimentos de segurança das informações resultantes da aplicação desta	

Lei.	
Seção IV Dos Procedimentos de Classificação, Reclassificação e Desclassificação	
Art. 27. A classificação do sigilo de informações no âmbito da administração pública federal é de competência: (Regulamento)	Competência para classificação da informação
I - no grau de ultrassecreto, das seguintes autoridades:	
a) Presidente da República;	
b) Vice-Presidente da República;	
c) Ministros de Estado e autoridades com as mesmas prerrogativas;	
d) Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica; e	
e) Chefes de Missões Diplomáticas e Consulares permanentes no exterior;	
II - no grau de secreto, das autoridades referidas no inciso I, dos titulares de autarquias, fundações ou empresas públicas e sociedades de economia mista; e	
III - no grau de reservado, das autoridades referidas nos incisos I e II e das que exerçam funções de direção, comando ou chefia, nível DAS 101.5, ou superior, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, ou de hierarquia equivalente, de acordo com regulamentação específica de cada órgão ou entidade, observado o disposto nesta Lei.	
§ 1º A competência prevista nos incisos I e II, no que se refere à classificação como ultrassecreta e secreta, poderá ser delegada pela autoridade responsável a agente público, inclusive em missão no exterior, vedada a subdelegação.	
§ 2º A classificação de informação no grau de sigilo ultrassecreto pelas autoridades previstas nas alíneas “d” e “e” do inciso I deverá ser ratificada pelos respectivos Ministros de Estado, no prazo previsto em regulamento.	
§ 3º A autoridade ou outro agente público que classificar informação como ultrassecreta deverá encaminhar a decisão de que trata o art. 28 à Comissão Mista de Reavaliação de Informações, a que se refere o art. 35, no prazo previsto em regulamento.	
Art. 28. A classificação de informação em qualquer grau de sigilo deverá ser formalizada em decisão que conterá, no mínimo, os seguintes elementos:	
I - assunto sobre o qual versa a informação;	
II - fundamento da classificação, observados os critérios estabelecidos no art. 24;	
III - indicação do prazo de sigilo, contado em anos, meses ou dias, ou do evento que defina o seu termo final, conforme limites previstos no art. 24; e	

IV - identificação da autoridade que a classificou.	
Parágrafo único. A decisão referida no caput será mantida no mesmo grau de sigilo da informação classificada.	
Art. 29. A classificação das informações será reavaliada pela autoridade classificadora ou por autoridade hierarquicamente superior, mediante provocação ou de ofício, nos termos e prazos previstos em regulamento, com vistas à sua desclassificação ou à redução do prazo de sigilo, observado o disposto no art. 24. (Regulamento)	Revisão da classificação da informação
§ 1º O regulamento a que se refere o caput deverá considerar as peculiaridades das informações produzidas no exterior por autoridades ou agentes públicos.	
§ 2º Na reavaliação a que se refere o caput, deverão ser examinadas a permanência dos motivos do sigilo e a possibilidade de danos decorrentes do acesso ou da divulgação da informação.	
§ 3º Na hipótese de redução do prazo de sigilo da informação, o novo prazo de restrição manterá como termo inicial a data da sua produção.	
Art. 30. A autoridade máxima de cada órgão ou entidade publicará, anualmente, em sítio à disposição na internet e destinado à veiculação de dados e informações administrativas, nos termos de regulamento:	
I - rol das informações que tenham sido desclassificadas nos últimos 12 (doze) meses;	
II - rol de documentos classificados em cada grau de sigilo, com identificação para referência futura;	
III - relatório estatístico contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes.	
§ 1º Os órgãos e entidades deverão manter exemplar da publicação prevista no caput para consulta pública em suas sedes.	
§ 2º Os órgãos e entidades manterão extrato com a lista de informações classificadas, acompanhadas da data, do grau de sigilo e dos fundamentos da classificação.	
Seção V Das Informações Pessoais	Informações/Dados pessoais
Art. 31. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.	
§ 1º As informações pessoais, a que se refere este artigo, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem:	

I - terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem; e	
II - poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem.	
§ 2º Aquele que obtiver acesso às informações de que trata este artigo será responsabilizado por seu uso indevido.	
§ 3º O consentimento referido no inciso II do § 1º não será exigido quando as informações forem necessárias:	
I - à prevenção e diagnóstico médico, quando a pessoa estiver física ou legalmente incapaz, e para utilização única e exclusivamente para o tratamento médico;	
II - à realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral, previstos em lei, sendo vedada a identificação da pessoa a que as informações se referirem;	
III - ao cumprimento de ordem judicial;	
IV - à defesa de direitos humanos; ou	
V - à proteção do interesse público e geral preponderante.	
§ 4º A restrição de acesso à informação relativa à vida privada, honra e imagem de pessoa não poderá ser invocada com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades em que o titular das informações estiver envolvido, bem como em ações voltadas para a recuperação de fatos históricos de maior relevância.	
§ 5º Regulamento disporá sobre os procedimentos para tratamento de informação pessoal.	
CAPÍTULO V DAS RESPONSABILIDADES	Responsabilização de agentes
Art. 32. Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público ou militar:	
I - recusar-se a fornecer informação requerida nos termos desta Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;	
II - utilizar indevidamente, bem como subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontre sob sua guarda ou a que tenha acesso ou conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública;	
III - agir com dolo ou má-fé na análise das solicitações de acesso à	

informação;	
IV - divulgar ou permitir a divulgação ou acessar ou permitir acesso indevido à informação sigilosa ou informação pessoal;	
V - impor sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiro, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem;	
VI - ocultar da revisão de autoridade superior competente informação sigilosa para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros; e	
VII - destruir ou subtrair, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado.	
§ 1º Atendido o princípio do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, as condutas descritas no caput serão consideradas:	
I - para fins dos regulamentos disciplinares das Forças Armadas, transgressões militares médias ou graves, segundo os critérios neles estabelecidos, desde que não tipificadas em lei como crime ou contravenção penal; ou	
II - para fins do disposto na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, infrações administrativas, que deverão ser apenadas, no mínimo, com suspensão, segundo os critérios nela estabelecidos.	
§ 2º Pelas condutas descritas no caput, poderá o militar ou agente público responder, também, por improbidade administrativa, conforme o disposto nas Leis nºs 1.079, de 10 de abril de 1950, e 8.429, de 2 de junho de 1992.	
Art. 33. A pessoa física ou entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o poder público e deixar de observar o disposto nesta Lei estará sujeita às seguintes sanções:	Sanções
I - advertência;	
II - multa;	
III - rescisão do vínculo com o poder público;	
IV - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a 2 (dois) anos; e	
V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.	
§ 1º As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, assegurado o direito de defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias.	
§ 2º A reabilitação referida no inciso V será autorizada somente quando o interessado efetivar o ressarcimento ao órgão ou entidade dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso	

IV.	
§ 3º A aplicação da sanção prevista no inciso V é de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão ou entidade pública, facultada a defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista.	
Art. 34. Os órgãos e entidades públicas respondem diretamente pelos danos causados em decorrência da divulgação não autorizada ou utilização indevida de informações sigilosas ou informações pessoais, cabendo a apuração de responsabilidade funcional nos casos de dolo ou culpa, assegurado o respectivo direito de regresso.	
Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se à pessoa física ou entidade privada que, em virtude de vínculo de qualquer natureza com órgãos ou entidades, tenha acesso a informação sigilosa ou pessoal e a submeta a tratamento indevido.	
CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS	
Art. 35. (VETADO).	
§ 1º É instituída a Comissão Mista de Reavaliação de Informações, que decidirá, no âmbito da administração pública federal, sobre o tratamento e a classificação de informações sigilosas e terá competência para:	
I - requisitar da autoridade que classificar informação como ultrassecreta e secreta esclarecimento ou conteúdo, parcial ou integral da informação;	
II - rever a classificação de informações ultrassecretas ou secretas, de ofício ou mediante provocação de pessoa interessada, observado o disposto no art. 7º e demais dispositivos desta Lei; e	
III - prorrogar o prazo de sigilo de informação classificada como ultrassecreta, sempre por prazo determinado, enquanto o seu acesso ou divulgação puder ocasionar ameaça externa à soberania nacional ou à integridade do território nacional ou grave risco às relações internacionais do País, observado o prazo previsto no § 1º do art. 24.	
§ 2º O prazo referido no inciso III é limitado a uma única renovação.	
§ 3º A revisão de ofício a que se refere o inciso II do § 1º deverá ocorrer, no máximo, a cada 4 (quatro) anos, após a reavaliação prevista no art. 39, quando se tratar de documentos ultrassecretos ou secretos.	
§ 4º A não deliberação sobre a revisão pela Comissão Mista de Reavaliação de Informações nos prazos previstos no § 3º implicará a desclassificação automática das informações.	
§ 5º Regulamento disporá sobre a composição, organização e funcionamento	

da Comissão Mista de Reavaliação de Informações, observado o mandato de 2 (dois) anos para seus integrantes e demais disposições desta Lei. (Regulamento)	
Art. 36. O tratamento de informação sigilosa resultante de tratados, acordos ou atos internacionais atenderá às normas e recomendações constantes desses instrumentos.	
Art. 37. É instituído, no âmbito do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, o Núcleo de Segurança e Credenciamento (NSC), que tem por objetivos: (Regulamento)	
I - promover e propor a regulamentação do credenciamento de segurança de pessoas físicas, empresas, órgãos e entidades para tratamento de informações sigilosas; e	
II - garantir a segurança de informações sigilosas, inclusive aquelas provenientes de países ou organizações internacionais com os quais a República Federativa do Brasil tenha firmado tratado, acordo, contrato ou qualquer outro ato internacional, sem prejuízo das atribuições do Ministério das Relações Exteriores e dos demais órgãos competentes.	
Parágrafo único. Regulamento disporá sobre a composição, organização e funcionamento do NSC.	
Art. 38. Aplica-se, no que couber, a Lei nº 9.507, de 12 de novembro de 1997, em relação à informação de pessoa, física ou jurídica, constante de registro ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público.	
Art. 39. Os órgãos e entidades públicas deverão proceder à reavaliação das informações classificadas como ultrassecretas e secretas no prazo máximo de 2 (dois) anos, contado do termo inicial de vigência desta Lei.	
§ 1º A restrição de acesso a informações, em razão da reavaliação prevista no caput, deverá observar os prazos e condições previstos nesta Lei.	
§ 2º No âmbito da administração pública federal, a reavaliação prevista no caput poderá ser revista, a qualquer tempo, pela Comissão Mista de Reavaliação de Informações, observados os termos desta Lei.	
§ 3º Enquanto não transcorrido o prazo de reavaliação previsto no caput, será mantida a classificação da informação nos termos da legislação precedente.	
§ 4º As informações classificadas como secretas e ultrassecretas não reavaliadas no prazo previsto no caput serão consideradas, automaticamente, de acesso público.	
Art. 40. No prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da vigência desta Lei, o dirigente máximo de cada órgão ou entidade da administração pública federal direta e indireta designará autoridade que lhe seja diretamente subordinada para, no âmbito do respectivo órgão ou entidade, exercer as seguintes	

atribuições:	
I - assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso a informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos desta Lei;	
II - monitorar a implementação do disposto nesta Lei e apresentar relatórios periódicos sobre o seu cumprimento;	
III - recomendar as medidas indispensáveis à implementação e ao aperfeiçoamento das normas e procedimentos necessários ao correto cumprimento do disposto nesta Lei; e	
IV - orientar as respectivas unidades no que se refere ao cumprimento do disposto nesta Lei e seus regulamentos.	
Art. 41. O Poder Executivo Federal designará órgão da administração pública federal responsável:	Regulamentação para designação de órgão responsável sobre a LAI.
I - pela promoção de campanha de abrangência nacional de fomento à cultura da transparência na administração pública e conscientização do direito fundamental de acesso à informação;	
II - pelo treinamento de agentes públicos no que se refere ao desenvolvimento de práticas relacionadas à transparência na administração pública;	
III - pelo monitoramento da aplicação da lei no âmbito da administração pública federal, concentrando e consolidando a publicação de informações estatísticas relacionadas no art. 30;	
IV - pelo encaminhamento ao Congresso Nacional de relatório anual com informações atinentes à implementação desta Lei.	
Art. 42. O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de sua publicação.	
Art. 43. O inciso VI do art. 116 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:	
“Art. 116.	
.....	
VI - levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração;	
.....” (NR)	
Art. 44. O Capítulo IV do Título IV da Lei nº 8.112, de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 126-A:	
“Art. 126-A. Nenhum servidor poderá ser responsabilizado civil, penal ou administrativamente por dar ciência à autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, a outra autoridade competente para apuração de informação concernente à prática de crimes ou improbidade de que tenha	

conhecimento, ainda que em decorrência do exercício de cargo, emprego ou função pública.”	
Art. 45. Cabe aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em legislação própria, obedecidas as normas gerais estabelecidas nesta Lei, definir regras específicas, especialmente quanto ao disposto no art. 9º e na Seção II do Capítulo III.	
Art. 46. Revogam-se:	
I - a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005; e	
II - os arts. 22 a 24 da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991.	
Art. 47. Esta Lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após a data de sua publicação.	

APÊNDICE 6

Tabela Comparativa PL nº 219/2003 vs. PL nº 5.228/2009 vs. Proposta aprovada pela Câmara dos Deputados

Proposta Original PL nº 219 de 2003 Deputado Reginaldo Lopes	Projeto de Lei nº 5.228 de 2009 Encaminhado pelo Poder Executivo	Proposta aprovada pela Câmara Redação enviada ao Senado	Comentários
	Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição e dá outras providências.	Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.	
	CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS	
Art. 1º Qualquer cidadão ou residente no País tem direito de obter dos órgãos integrantes da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal informações constantes de documentos mantidos por esses órgãos, de interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, nos termos desta Lei.	Art. 1º O acesso a informações, previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição, observará, no que couber, o disposto nesta Lei.	Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal	Estabelece âmbito de incidência da Lei.
Parágrafo único. Os preceitos desta Lei têm aplicação nos Poderes Legislativo e Judiciário, exclusivamente no tocante ao exercício da função administrativa.			
		Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei:	Enumera quais órgãos estão subordinados à Lei.

		I - os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público;	Administração Direta
		II - as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.	Administração Indireta de Dir. Público
		Art. 2º Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres.	Ou que recebam recursos públicos. Possível pergunta: Como foi pensado esse tópico? Quem controlaria a implementação para esse grupo?
		Parágrafo único. A publicidade a que estão submetidas as entidades referidas no <i>caput</i> refere-se à parcela dos recursos públicos recebidos e à sua destinação, sem prejuízo das prestações de contas a que estejam legalmente obrigadas.	
		Art. 3º Os procedimentos previstos nesta Lei se destinam a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:	Menção ao Direito Fundamental de Acesso à Informação
		I – observância da publicidade como preceito geral e o sigilo como exceção;	Princípios que compõe a cultura da informação: Publicidade como regra

		II – divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;	Transparência ativa
		III – utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;	Novas tecnologias
		IV – fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;	Cultura da transparência
		V – desenvolvimento do controle social da administração pública.	Controle social
	Art. 2º Para os efeitos desta Lei, considera-se:	Art. 4º Para os efeitos desta Lei, considera-se:	
I – documentos administrativos: os documentos escritos, sonoros ou visuais, armazenados eletronicamente ou por qualquer outro meio, elaborados pela Administração Pública, ou legalmente mantidos em seu poder, constantes ou não de processos devidamente autuados, tais como relatórios, estudos, pareceres, documentos normativos, despachos, instruções e assemelhados;			
II – informações nominativas : as constantes de documentos, administrativos ou não, que contenham dados pessoais.	I - informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;	I - informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;	
		II – documento : unidade de registro de informações qualquer que seja o suporte ou formato;	Inclusão do conceito de documento
	II - informação sigilosa: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a	III - informação sigilosa: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da	

	segurança da sociedade e do Estado;	sociedade e do Estado;	
§ 1º. Consideram-se dados pessoais as informações sobre pessoa singular, identificada ou identificável, que envolvam apreciações, juízos de valor ou que sejam abrangidas pela reserva da intimidade da vida privada.	III - informação pessoal: aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável;	IV - informação pessoal: aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável;	Conceito mais determinado.
§ 2º Não se consideram documentos administrativos as transcrições de assuntos tratados em reuniões, notas pessoais, esboços, apontamentos e outros registros de natureza semelhante.			Exclusão da ideia de documentos administrativos
	IV - tratamento da informação: conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação;	V - tratamento da informação: conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação;	
	V - disponibilidade: qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados;	VI - disponibilidade: qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados;	
	VI - autenticidade: qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema; e	VII - autenticidade: qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema;	
	VII - integridade: qualidade da informação que não foi modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.	VIII - integridade: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino;	
		IX - primariedade: qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem	Inclusão do conceito de primariedade

		modificações.	
	Art. 3º É dever do Estado assegurar o direito de acesso à informação, que será franqueado, mediante procedimentos simples e ágeis, de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão, devendo ser prestados os eventuais esclarecimentos que forem solicitados.	Art. 5º É dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.	
	CAPÍTULO II DO ACESSO A INFORMAÇÕES E DA SUA DIVULGAÇÃO	CAPÍTULO II DO ACESSO A INFORMAÇÕES E DA SUA DIVULGAÇÃO	
	Art. 4º Cabe aos órgãos e entidades públicas assegurar, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis:	Art. 6º Cabe aos órgãos e entidades do poder público , observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a:	
	I - gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso e divulgação a ela;	I - gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação;	Ampla acesso e divulgação
	II - proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade; e	II - proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade; e	
	III - proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, assegurada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e acesso restrito.	III - proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso.	Menção a eventual restrição de acesso
	Art. 5º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter:	Art. 7º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter:	
	I - orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada;	I - orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada;	
	II - informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou	II - informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades,	

	entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos;	recolhidos ou não a arquivos públicos;	
	III - informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha cessado;	III - informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha cessado;	
	IV - informação íntegra, autêntica e atualizada;	IV - informação primária , íntegra, autêntica e atualizada;	
	V - informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços;	V - informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços;	
	VI - informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação e contratos administrativos; e	VI - informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação, contratos administrativos; e	
	VII - informação relativa a:	VII - informação relativa:	
	a) implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos; e	a) à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos;	
	b) resultado de inspeções, auditorias e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, bem como de prestação de contas relativa a exercícios anteriores.	b) ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas relativas a exercícios anteriores.	
	§ 1º O acesso à informação previsto no caput não compreende as informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos, cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.	§ 1º O acesso à informação previsto no <i>caput</i> não compreende as informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.	
	§ 2º Quando não for autorizado	§ 2º Quando não for autorizado acesso	

	acesso integral a informação por ser ela parcialmente sigilosa, fica assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia, se for possível a ocultação ou expurgo da parte sob sigilo.	integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, fica assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.	
	§ 3º O direito de acesso aos documentos utilizados como fundamento da tomada de decisão e do ato administrativo será assegurado com a edição do ato decisório respectivo.	§ 3º O direito de acesso aos documentos ou às informações nele contidas utilizados como fundamento da tomada de decisão e do ato administrativo será assegurado com a edição do ato decisório respectivo.	Hipótese de documento/informações preparatórias
		§ 4º A negativa de acesso às informações objeto de pedido formulado aos órgãos e entidades referenciadas no art. 1º, quando não fundamentada, sujeitará o responsável a medidas disciplinares, nos termos do art. 32 desta Lei.	Inclusão de medida disciplinar pela negativa de acesso
		§ 5º Informado do extravio da informação solicitada, poderá o interessado requerer à autoridade competente a imediata abertura de sindicância para apurar o desaparecimento da respectiva documentação.	Abertura de sindicância caso a informação tenha sido extraviada
		§ 6º Verificada a hipótese prevista no § 5º deste artigo, o responsável pela guarda da informação extraviada deverá, no prazo de 10 (dez) dias, justificar o fato e indicar testemunhas que comprovem sua alegação.	Justificativa quando do extravio
	Art. 6º É dever dos órgãos e entidades públicas promover a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.	Art. 8º É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.	Inclusão de redação para reforçar o dever de transparência ativa.
	§ 1º Na divulgação das informações	§ 1º Na divulgação das informações a	Rol mínimo de

	a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo:	que se refere o <i>caput</i> , deverão constar, no mínimo:	informações da transparência ativa
	I - registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;	I - registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;	
	II - registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;	II - registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;	
	III - registros das despesas;	III - registros das despesas;	
	IV - informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;	IV - informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;	
	V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; e	V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; e	
	VI - respostas às perguntas mais frequentes da sociedade.	VI - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.	
	§ 2º Para cumprimento do disposto no caput, os órgãos e entidades públicas deverão utilizar-se de todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, preferencialmente sítios oficiais da rede mundial de computadores.	§ 2º Para cumprimento do disposto no <i>caput</i> , os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores - internet.	Cria a obrigação de divulgação em sítios oficiais dos órgãos.
	§ 3º Os sítios de que trata o § 2º deverão, na forma do regulamento, atender, entre outros, aos seguintes requisitos:	§ 3º Os sítios de que trata o § 2º deverão, na forma de regulamento, atender, entre outros, aos seguintes requisitos:	
	I - conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;	I - conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;	
		II – possibilitar a gravação de relatórios	Preocupação com dados

		em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;	abertos.
		III – possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;	Mesma preocupação
		IV – divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação;	Detalhe da forma da informação
	II - garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso;	V - garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso;	
	III - manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;	VI – manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;	
	IV - conter local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio; e	VII - indicar local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio; e	
	V - adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, nos termos do art. 17 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e do art. 9º da Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008.	VIII - adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, nos termos do art. 17 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e do art. 9º da Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008.	Acessibilidade
		§ 4º Os Municípios com população de até 10.000 (dez mil) habitantes ficam dispensados da divulgação obrigatória na internet a que se refere o § 2º, mantida a obrigatoriedade de divulgação, em tempo real, de informações relativas à execução orçamentária e financeira, nos critérios	Exceção do cumprimento do dever para municípios pequenos. Manteve-se apenas a prestação de contas orçamentária/financeira

		e prazos previstos no art. 73-B da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.	
	Art. 7º O acesso a informações públicas será ainda assegurado mediante:	Art. 9º O acesso a informações públicas será assegurado mediante:	
	I - criação de serviço de informações ao cidadão, nos órgãos e entidades públicas, em local com condições apropriadas para:	I - criação de serviço de informações ao cidadão, nos órgãos e entidades do poder público, em local com condições apropriadas para:	Criação do SIC
	a) atender e orientar o público quanto ao acesso a informações;	a) atender e orientar o público quanto ao acesso a informações;	
	b) informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades;	b) informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades;	
	c) protocolar documentos e requerimentos de acesso a informações; e	c) protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações; e	
	II - realização de audiências ou consultas públicas, incentivo à participação popular ou a outras formas de divulgação.	II - realização de audiências ou consultas públicas, incentivo à participação popular ou a outras formas de divulgação.	
	CAPÍTULO III DO PROCEDIMENTO DE ACESSO À INFORMAÇÃO Seção I Do Pedido de Acesso	CAPÍTULO III DO PROCEDIMENTO DE ACESSO À INFORMAÇÃO Seção I Do Pedido de Acesso	
Art. 10. O interessado em obter informações da Administração Pública deverá solicitá-las por escrito, mediante requerimento que contenha dados identificativos, em especial o nome completo, número do documento de registro civil, endereço e outras especificações que facilitem eventuais contatos.	Art. 8º O pedido de acesso será realizado por qualquer meio legítimo e deverá conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida.		Retirou-se a necessidade de dados identificativos com especificações não exaustivas.
Art. 11. A informação pretendida deverá ser especificada de modo mais objetivo possível e indicada a forma de sua obtenção, dentre as	Art. 9º O órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível.	Art. 11. O órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível.	Acesso imediato

seguintes:			
Art. 15. As informações serão prestadas no prazo máximo de quinze dias úteis, ressalvado o disposto no art. 16, a contar da data do registro do respectivo pedido, sob pena de responsabilidade da autoridade ou do servidor competente.	§ 1º Não sendo possível conceder o acesso imediato, na forma disposta no caput, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá, em prazo não superior a vinte dias corridos:	§ 1º Não sendo possível conceder o acesso imediato, na forma disposta no <i>caput</i> , o órgão ou entidade que receber o pedido deverá, em prazo não superior a 20 (vinte) dias:	Prazo para resposta: 20 dias
Art. 11 I – vista de documentos; II – reprodução de documentos por qualquer meio adequado para tal; III – obtenção de certidão, expedida pelo órgão consultado.	I - comunicar a data, local e modo para se realizar a consulta, efetuar a reprodução ou obter a certidão;	I - comunicar a data, local e modo para se realizar a consulta, efetuar a reprodução ou obter a certidão;	Junção das hipóteses
	II - indicar as razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, do acesso pretendido; ou	II - indicar as razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, do acesso pretendido; ou	Justificar o não acesso
	III - comunicar ao requerente que não possui a informação, indicar qual o órgão ou a entidade que a detém, se for do seu conhecimento, ou, ainda, remeter o requerimento a esse órgão ou entidade, comunicando o interessado sobre sua remessa.	III - comunicar que não possui a informação, indicar, se for do seu conhecimento, o órgão ou a entidade que a detém, ou, ainda, remeter o requerimento a esse órgão ou entidade, cientificando o interessado da remessa de seu pedido de informação.	
	§ 2º O prazo referido no § 1º poderá ser prorrogado por mais dez dias corridos, mediante justificativa expressa, da qual será cientificado o requerente.	§ 2º O prazo referido no § 1º poderá ser prorrogado por mais 10 (dez) dias, mediante justificativa expressa, da qual será cientificado o requerente.	Prazo inicial pode ser prorrogado por 10 dias.
	§ 3º Sem prejuízo da segurança e da proteção das informações, e do cumprimento da legislação aplicável, o órgão ou entidade poderá oferecer meios para que o próprio requerente possa pesquisar a informação de que necessitar.	§ 3º Sem prejuízo da segurança e da proteção das informações e do cumprimento da legislação aplicável, o órgão ou entidade poderá oferecer meios para que o próprio requerente possa pesquisar a informação de que necessitar.	Indicação de meios para que possa pesquisar.
	§ 4º Quando não for autorizado o acesso por se tratar de informação	§ 4º Quando não for autorizado o acesso por se tratar de informação total	Recurso para informação que seja

	total ou parcialmente sigilosa, o requerente deverá ser informado sobre a possibilidade de recurso, prazos e condições para sua interposição, devendo, ainda, ser-lhe indicada a autoridade competente para sua apreciação.	ou parcialmente sigilosa, o requerente deverá ser informado sobre a possibilidade de recurso, prazos e condições para sua interposição, devendo, ainda, ser-lhe indicada a autoridade competente para sua apreciação.	sigilosa.
	§ 5º A informação armazenada em meio digital poderá ser fornecida por esse meio, a pedido ou com a anuência do requerente.	§ 5º A informação armazenada em formato digital será fornecida nesse formato, caso haja anuência do requerente.	
	§ 6º Caso a informação solicitada esteja disponível ao público, por meio de impressos, em formato eletrônico ou em qualquer outro meio de acesso universal, serão informados ao requerente, por escrito, o lugar e a forma pela qual se poderá consultar, obter ou reproduzir referida informação, procedimento esse que desonerará o órgão ou entidade pública da obrigação de seu fornecimento direto, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para tal mister.	§ 6º Caso a informação solicitada esteja disponível ao público em formato impresso, eletrônico ou em qualquer outro meio de acesso universal, serão informados ao requerente, por escrito, o lugar e a forma pela qual se poderá consultar, obter ou reproduzir a referida informação, procedimento esse que desonerará o órgão ou entidade pública da obrigação de seu fornecimento direto, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para realizar por si mesmo tais procedimentos.	
Art. 12. O interessado não é obrigado a aduzir razões no requerimento de informações, salvo a comprovação de legitimidade, quando se tratar dos casos previstos nos §§ 1º e 2º do art. 8º.			
Art. 13. Será gratuita a concessão de vista a documento, cobrando-se do interessado, nas demais formas de prestação de informação, exclusivamente o valor necessário para ressarcir o custo dos serviços e materiais utilizados, segundo tabela previamente fixada pela	Art. 10. O serviço de busca e fornecimento da informação é gratuito, salvo nas hipóteses de reprodução de documentos pelo órgão ou entidade pública consultada, situação em que poderá ser cobrado exclusivamente o valor necessário ao ressarcimento do	Art. 12. O serviço de busca e fornecimento da informação é gratuito, salvo nas hipóteses de reprodução de documentos pelo órgão ou entidade pública consultada, situação em que poderá ser cobrado exclusivamente o valor necessário ao ressarcimento do custo dos serviços e dos materiais	Gratuidade na prestação de serviços, exceto quando houver custo para a administração

Administração.	custo dos serviços e dos materiais utilizados.	utilizados.	
§ 1º Estarão isentos de ressarcir os custos de que trata este artigo os que comprovarem incapacidade financeira para tal.	Parágrafo único. Estará isento de ressarcir os custos previstos no caput todo aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983.	Parágrafo único. Estará isento de ressarcir os custos previstos no caput todo aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983.	Isenção só para aqueles que preenchem o requisito legal.
Art. 11 Parágrafo único. Quando não for possível a reprodução pelos meios usuais em razão de risco de danos ao documento pesquisado, o interessado, a suas expensas e sob a supervisão de servidor da Administração, poderá proceder a cópia manual ou a reprodução do documento por outro meio que não altere o seu estado de conservação.	Art. 11. Quando se tratar de acesso à informação contida em meio cuja manipulação possa prejudicar a sua integridade, deverá ser oferecida a consulta de cópia, com certificação de que esta confere com o original.	Art. 13. Quando se tratar de acesso à informação contida em documento cuja manipulação possa prejudicar sua integridade, deverá ser oferecida a consulta de cópia, com certificação de que esta confere com o original.	
	Parágrafo único. Na impossibilidade de obtenção de cópias, o interessado poderá solicitar que a reprodução seja feita por outro meio que não ponha em risco a conservação do original, a suas expensas e sob supervisão de servidor público.	Parágrafo único. Na impossibilidade de obtenção de cópias, o interessado poderá solicitar que, a suas expensas e sob supervisão de servidor público, a reprodução seja feita por outro meio que não ponha em risco a conservação do documento original.	
	Art. 12. É direito do requerente obter o inteiro teor de decisão de negativa de acesso, por certidão ou cópia.	Art. 14. É direito do requerente obter o inteiro teor de decisão de negativa de acesso, por certidão ou cópia.	Inteiro teor da decisão que nega acesso
	Parágrafo único. Na hipótese de recusa de concessão de certidão ou de cópia da decisão de negativa de acesso, ou na ausência de manifestação nos prazos estabelecidos nesta Lei, o requerente poderá recorrer à autoridade superior no mesmo órgão		

	ou entidade pública.		
	Seção II Dos Recursos no âmbito da Administração Pública Federal	Seção II Dos Recursos	
		Art. 15. No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua ciência.	Inserção de prazo para o cidadão recorrer: 10 dias
		Parágrafo único. O recurso será dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, que deverá se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias.	Prazo para a autoridade hierarquicamente superior responder: 5 dias.
Art. 16. Durante o prazo de que trata o artigo anterior, a administração do órgão requerido poderá, conforme o caso:	Art. 13. Negado o acesso a informação pelos órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal, o requerente poderá recorrer à Controladoria-Geral da União, se:	Art. 16. Negado o acesso a informação pelos órgãos ou entidades do Poder Executivo federal, o requerente poderá recorrer à Controladoria-Geral da União, que deliberará no prazo de 5 (cinco) dias se:	Possibilidade de se recorrer à CGU no prazo de 5 dias. Rol das possibilidades de recurso à CGU.
	I - o acesso à informação não classificada como sigilosa for negado;	I - o acesso à informação não classificada como sigilosa for negado;	
	II - a decisão de negativa de acesso à informação total ou parcialmente classificada como sigilosa não indicar a autoridade classificadora ou a hierarquicamente superior a quem possa ser dirigido pedido de acesso ou desclassificação;	II - a decisão de negativa de acesso à informação total ou parcialmente classificada como sigilosa não indicar a autoridade classificadora ou a hierarquicamente superior a quem possa ser dirigido pedido de acesso ou desclassificação;	
	III - os procedimentos de classificação de informação sigilosa, estabelecidos nesta Lei, não tiverem sido observados; e	III - os procedimentos de classificação de informação sigilosa estabelecidos nesta Lei não tiverem sido observados; e	
	IV - estiverem sendo descumpridos prazos ou outros procedimentos previstos nesta Lei.	IV - estiverem sendo descumpridos prazos ou outros procedimentos previstos nesta Lei.	

	§ 1º O recurso previsto neste artigo somente poderá ser dirigido à Controladoria- Geral da União depois de submetido à apreciação de pelo menos uma autoridade hierarquicamente superior àquela que exarou a decisão impugnada.	§ 1º O recurso previsto neste artigo somente poderá ser dirigido à Controladoria-Geral da União depois de submetido à apreciação de pelo menos uma autoridade hierarquicamente superior àquela que exarou a decisão impugnada, que deliberará no prazo de 5 (cinco) dias.	Deve ter passado antes por uma autoridade superior dentro do órgão. Prazo para a CGU responder: 5 dias
	§ 2º Verificada a procedência das razões do recurso, a Controladoria-Geral da União determinará ao órgão ou entidade que adote as providências necessárias para dar cumprimento ao disposto nesta Lei.	§ 2º Verificada a procedência das razões do recurso, a Controladoria-Geral da União determinará ao órgão ou entidade que adote as providências necessárias para dar cumprimento ao disposto nesta Lei.	CGU demandará o órgão para adotar providências caso o recurso seja provido.
		§ 3º Negado o acesso à informação pela Controladoria-Geral da União, poderá ser interposto recurso à Comissão Mista de Reavaliação de Informações, a que se refere o art. 35.	Possibilidade de recurso à CMRI.
	Art. 14. Sem prejuízo das competências da Comissão de Reavaliação de Informações, previstas no art. 30, e do disposto no art. 13, o requerente poderá recorrer ao Ministro de Estado da área, quando houver resposta negativa a pedido de desclassificação de informação reservada.	Art. 17. No caso de indeferimento de pedido de desclassificação de informação protocolado em órgão da administração pública federal, poderá o requerente recorrer ao Ministro de Estado da área, sem prejuízo das competências da Comissão Mista de Reavaliação de Informações, previstas no art. 35, e do disposto no art. 16.	Caso seja informação sigilosa, há possibilidade de se recorrer para o Ministro de Estado da área.
	Parágrafo único. O recurso previsto neste artigo somente poderá ser dirigido às autoridades mencionadas depois de submetido à apreciação de pelo menos uma autoridade hierarquicamente superior à autoridade que exarou a decisão	§ 1º O recurso previsto neste artigo somente poderá ser dirigido às autoridades mencionadas depois de submetido à apreciação de pelo menos uma autoridade hierarquicamente superior à autoridade que exarou a decisão impugnada e, no caso das	

	impugnada, e, no caso das Forças Armadas, ao respectivo Comando.	Forças Armadas, ao respectivo Comando.	
		§ 2º Indeferido o recurso previsto no <i>caput</i> que tenha como objeto a desclassificação de informação secreta ou ultrassecreta, caberá recurso à Comissão Mista de Reavaliação de Informações prevista no art. 35.	Recurso à CMRI caso seja negado desclassificação
		Art. 18. Os procedimentos de revisão de decisões denegatórias proferidas no recurso previsto no art. 15 e de revisão de classificação de documentos sigilosos serão objeto de regulamentação própria dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público, em seus respectivos âmbitos, assegurado ao solicitante, em qualquer caso, o direito de ser informado sobre o andamento de seu pedido.	Previsão de legislação específica para o Poder Legislativo, Judiciário e MP
		Art. 19. Negado o acesso à informação e improvido o recurso a que se refere o art. 15, os órgãos e entidades públicas deverão informar aos Tribunais de Contas a cuja fiscalização estiverem submetidos os pedidos de informação indeferidos, acompanhados das razões da denegação, quando se tratar de matéria sujeita à fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial das referidas Cortes.	Encaminhar para o TCU quando for de natureza orçamentária/contábil
		§ 1º Quando se tratar de informações essenciais à tutela de direitos fundamentais, os órgãos ou entidades públicas deverão encaminhar ao Ministério Público os pedidos de informação indeferidos acompanhados das razões da denegação.	Encaminhar para o MP no caso de Dir. Fundamentais
		§ 2º Os órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público informarão ao	CNJ e CNMP quando se tratar do judiciário e do

		Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público, respectivamente, as decisões que, em grau de recurso, negarem acesso a informações de interesse público.	MP
	Art. 15. Aplica-se subsidiariamente, no que couber, a Lei no 9.784, de 29 de janeiro de 1999, ao procedimento de que trata este Capítulo.	Art. 20. Aplica-se subsidiariamente, no que couber, a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, ao procedimento de que trata este Capítulo.	Aplicação subsidiária da Lei de Processo Administrativo
	CAPÍTULO IV DAS RESTRIÇÕES DE ACESSO À INFORMAÇÃO Seção I Das Disposições Gerais	CAPÍTULO IV DAS RESTRIÇÕES DE ACESSO À INFORMAÇÃO Seção I Disposições Gerais	
Art. 7º Todos têm direito a obter informação de caráter não nominativo, mediante acesso a documentos administrativos, observado o seguinte:	Art. 16. Não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.	Art. 21. Não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.	Não cabe negativa em informação necessária à tutela judicial ou de dir. Fundamentais.
I - o direito de acesso aos documentos administrativos compreende não somente o direito de obter a sua reprodução, bem como o direito de ser informado sobre a sua existência e conteúdo;			
II – a manutenção de documentos em arquivos públicos não prejudica o exercício, a qualquer tempo, do direito de acesso às informações neles contidas, nos termos desta Lei;			
III – no caso de documentos constantes de processos não concluídos ou de documentos preparatórios de uma decisão, o acesso à informação ocorrerá após à tomada da decisão, ao arquivamento do processo ou decorrido um ano após sua elaboração;			

IV - os documentos de processos relativos a investigações e sindicâncias somente serão disponibilizados a terceiros após a conclusão da fase decisória.			
Art. 4º. O acesso a documentos classificados como sigilosos obedecerá ao disposto em legislação específica, podendo, no entanto, subsidiar informação parcial, sempre que possível expurgar as partes relativas à matéria sigilosa.			
Parágrafo único. Não poderá ser classificada como sigilosa qualquer informação necessária a subsidiar investigação de violações graves a direitos fundamentais ou de crimes contra a humanidade.	Parágrafo único. As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos, praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas, não poderão ser objeto de restrição de acesso.	Parágrafo único. As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso.	Não cabe sigilo de informações que impliquem em violação de Dir. Humanos
	Art. 17. O disposto nesta Lei não exclui as demais hipóteses legais de sigilo e de segredo de justiça, nem as hipóteses de segredo industrial decorrentes da exploração direta de atividade econômica pelo Estado ou por pessoa física ou entidade privada que tenha qualquer vínculo com o Poder Público.	Art. 22. O disposto nesta Lei não exclui as demais hipóteses legais de sigilo e de segredo de justiça nem as hipóteses de segredo industrial decorrentes da exploração direta de atividade econômica pelo Estado ou por pessoa física ou entidade privada que tenha qualquer vínculo com o poder público.	Cabe respeitar os sigilos legais, os segredos de justiça e segredos industriais.
	Seção II Da Classificação de Informação como Sigilosa e dos Prazos de Sigilo	Seção II Da Classificação da Informação quanto ao Grau e Prazos de Sigilo	
	Art. 18. A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultra-secreta, secreta ou reservada.	Art. 24. A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada.	Hipótese de sigilo caso seja imprescindível à segurança da sociedade ou do Estado.

	§ 1º Os prazos máximos de restrição de acesso a informação, conforme a classificação prevista no caput, vigoram a partir da data de sua produção e são os seguintes:	§ 1º Os prazos máximos de restrição de acesso à informação, conforme a classificação prevista no <i>caput</i> , vigoram a partir da data de sua produção e são os seguintes:	
	I - ultra-secreta: vinte e cinco anos;	I - ultrassecreta: 25 (vinte e cinco) anos;	Ultrassecreta 25 anos
	II - secreta: quinze anos; e	II - secreta: 15 (quinze) anos; e	Secreta 15 anos
	III - reservada: cinco anos.	III - reservada: 5 (cinco) anos.	Reservada 5 anos
	§ 2º As informações que puderem colocar em risco a segurança do Presidente e Vice-Presidente da República e respectivos familiares serão classificadas como reservadas e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição.	§ 2º As informações que puderem colocar em risco a segurança do Presidente e Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e filhos (as) serão classificadas como reservadas e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição.	Diminuição do escopo para cônjuges e filhos.
	§ 3º Alternativamente aos prazos previstos no § 1º, poderá ser estabelecido como termo final de restrição de acesso a ocorrência de determinado evento, desde que este ocorra antes do transcurso do prazo máximo de classificação.	§ 3º Alternativamente aos prazos previstos no § 1º, poderá ser estabelecida como termo final de restrição de acesso a ocorrência de determinado evento, desde que este ocorra antes do transcurso do prazo máximo de classificação.	
	§ 4º Transcorrido o prazo de classificação ou consumado o evento que defina o seu termo final, a informação tornar-se-á, automaticamente, de acesso público.	§ 4º Transcorrido o prazo de classificação ou consumado o evento que defina o seu termo final, a informação tornar-se-á, automaticamente, de acesso público.	Findo o prazo. A informação é automaticamente de acesso público.
	§ 5º Na classificação da informação em determinado grau de sigilo, deverá ser utilizado o critério menos restritivo possível, considerados:	§ 5º Para a classificação da informação em determinado grau de sigilo, deverá ser observado o interesse público da informação, e utilizado o critério menos restritivo possível, considerados:	Necessidade de observação do interesse público.
	I - a gravidade do risco ou dano à segurança da sociedade e do Estado; e	I - a gravidade do risco ou dano à segurança da sociedade e do Estado; e	
	II - o prazo máximo de restrição de	II - o prazo máximo de restrição de	

	acesso ou o evento que defina seu termo final.	acesso ou o evento que defina seu termo final.	
Art. 3º Não serão prestadas informações ou permitida a consulta no caso de documentos cuja divulgação seja vedada em razão de segredo de justiça ou que possam por em risco ou causar danos:	Art. 19. São consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, passíveis de classificação, as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possa:	Art. 23. São consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, passíveis de classificação as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam:	
I – à segurança nacional;	I - pôr em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional;	I - pôr em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional;	
II – à condução da política exterior;	II - prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações ou as relações internacionais do País, ou que tenham sido fornecidas em caráter sigiloso por outros estados e organismos internacionais;	II - prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações ou as relações internacionais do País, ou as que tenham sido fornecidas em caráter sigiloso por outros Estados e organismos internacionais;	
III – à segurança pública ou dos indivíduos;	III - pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população;	III - pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população;	
	IV - oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País;	IV - oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País;	
	V - prejudicar ou causar risco a planos ou operações estratégicas das Forças Armadas;	V - prejudicar ou causar risco a planos ou operações estratégicas das Forças Armadas;	
		VI – prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, assim como a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional;	
	VI - pôr em risco a segurança de instituições ou altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares; ou	VII - pôr em risco a segurança de instituições ou de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares; ou	
IV – à investigação de infrações fiscais.	VII - comprometer atividades de inteligência, bem como de investigação ou fiscalização em andamento, relacionadas com a	VIII - comprometer atividades de inteligência, bem como de investigação ou fiscalização em andamento, relacionadas com a prevenção ou	

	prevenção ou repressão de infrações.	repressão de infrações.	
Art. 5º Em relação aos diretamente interessados, regem-se por legislação própria os procedimentos para acesso a processos administrativos no tocante ao direito de informação sobre seu andamento, conhecimento das decisões adotadas e manifestações cabíveis.			
Art. 6º O acesso a documentos cuja comunicação ponha em causa segredos comerciais, industriais ou sobre a vida interna das empresas, é restrito à própria empresa, através de seu representante legal, devidamente identificado como tal.			
	Seção III Da Proteção e do Controle de Informações Sigilosas	Seção III Da Proteção e do Controle de Informações Sigilosas	
	Art. 20. É dever do Estado controlar o acesso e a divulgação de informações sigilosas produzidas por seus órgãos e entidades, assegurando a sua proteção.	Art. 25. É dever do Estado controlar o acesso e a divulgação de informações sigilosas produzidas por seus órgãos e entidades, assegurando a sua proteção.	Dever do Estado controlar o acesso à informações sigilosas.
	§ 1º O acesso, a divulgação e o tratamento de informação classificada como sigilosa ficarão restritos a pessoas que tenham necessidade de conhecê-la, e devidamente credenciadas na forma do regulamento, sem prejuízo das atribuições dos agentes públicos autorizados por lei.	§ 1º O acesso, a divulgação e o tratamento de informação classificada como sigilosa ficarão restritos a pessoas que tenham necessidade de conhecê-la e que sejam devidamente credenciadas na forma do regulamento, sem prejuízo das atribuições dos agentes públicos autorizados por lei.	
	§ 2º O acesso à informação classificada como sigilosa cria a obrigação para aquele que a obteve	§ 2º O acesso à informação classificada como sigilosa cria a obrigação para aquele que a obteve de resguardar o	Quando classifica-se uma informação, gera-se uma obrigação.

	de resguardar o sigilo.	sigilo.	
	§ 3º Regulamento disporá sobre procedimentos e medidas a serem adotados para o tratamento de informação sigilosa, de modo a protegê-la contra perda, alteração indevida, acesso, transmissão e divulgação não autorizados.	§ 3º Regulamento disporá sobre procedimentos e medidas a serem adotados para o tratamento de informação sigilosa, de modo a protegê-la contra perda, alteração indevida, acesso, transmissão e divulgação não autorizados.	
	Art. 21. Toda autoridade pública adotará as providências necessárias para que o pessoal de sua unidade conheça as normas e observe as medidas e procedimentos de segurança para tratamento de informações sigilosas.	Art. 26. As autoridades públicas adotarão as providências necessárias para que o pessoal a elas subordinado hierarquicamente conheça as normas e observe as medidas e procedimentos de segurança para tratamento de informações sigilosas.	Necessidade de conscientização das pessoas que trabalham com informação sigilosa.
	Parágrafo único. A pessoa física ou entidade privada que, em razão de qualquer vínculo com o Poder Público, tratar informações sigilosas adotará as providências necessárias para que seus empregados, prepostos ou representantes observem as medidas e procedimentos de segurança para tratamento das informações resultantes da aplicação desta Lei.	Parágrafo único. A pessoa física ou entidade privada que, em razão de qualquer vínculo com o poder público, executar atividades de tratamento de informações sigilosas adotará as providências necessárias para que seus empregados, prepostos ou representantes observem as medidas e procedimentos de segurança das informações resultantes da aplicação desta Lei.	
	Seção IV Dos Procedimentos de Classificação, Reclassificação e Desclassificação	Seção IV Dos Procedimentos de Classificação, Reclassificação e Desclassificação	
	Art. 22. A classificação do sigilo de informações no âmbito da administração pública federal é de competência:	Art. 27. A classificação do sigilo de informações no âmbito da administração pública federal é de competência:	Rol de pessoas que podem classificar informações.
	I - no grau de ultra-secreto, das seguintes autoridades:	I - no grau de ultrassecreto, das seguintes autoridades:	
	a) Presidente da República;	a) Presidente da República;	
	b) Vice-Presidente da República;	b) Vice-Presidente da República;	
	c) Ministros de Estado e autoridades com as mesmas prerrogativas;	c) Ministros de Estado e autoridades com as mesmas prerrogativas;	

	d) Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica; e	d) Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica; e	
	e) Chefes de Missões Diplomáticas e Consulares permanentes no exterior;	e) Chefes de Missões Diplomáticas e Consulares permanentes no exterior;	
	II - no grau de secreto, das autoridades referidas no inciso I, dos titulares de autarquias, fundações ou empresas públicas e sociedades de economia mista e das autoridades que exerçam cargos ou funções de direção, comando ou chefia, de hierarquia equivalente ou superior ao nível DAS 101.5, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, de acordo com regulamentação específica de cada órgão ou entidade, observado o disposto nesta Lei; e	II - no grau de secreto, das autoridades referidas no inciso I, dos titulares de autarquias, fundações ou empresas públicas e sociedades de economia mista; e	Diminuição do escopo ao excluir autoridades equivalentes à DAS 101.5
	III - no grau de reservado, das autoridades referidas nos incisos I e II e das que exerçam funções de direção, comando ou chefia, de acordo com regulamentação específica de cada órgão ou entidade, observado o disposto nesta Lei.	III - no grau de reservado, das autoridades referidas nos incisos I e II e das que exerçam funções de direção, comando ou chefia, de hierarquia equivalente ou superior ao nível DAS 101.5, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, de acordo com regulamentação específica de cada órgão ou entidade, observado o disposto nesta Lei.	Aumento do escopo ao incluir autoridades equivalentes à DAS 101.5
	§ 1º A competência prevista nos incisos I e II, no que se refere à classificação como ultra-secreta e secreta, poderá ser delegada pela autoridade responsável a agente público, inclusive em missão no exterior, vedada a subdelegação.	§ 1º A competência prevista nos incisos I e II, no que se refere à classificação como ultrassecreta e secreta, poderá ser delegada pela autoridade responsável a agente público, inclusive em missão no exterior, vedada a subdelegação.	Cabe delegação, mas não subdelegação
	§ 2º A classificação de informação no grau de sigilo ultra-secreto pelas autoridades previstas nas alíneas “d” e “e” do inciso I deverá ser ratificada pelos respectivos Ministros de	§ 2º A classificação de informação no grau de sigilo ultrassecreto pelas autoridades previstas nas alíneas d e e do inciso I deverá ser ratificada pelos respectivos Ministros de Estado, no	Necessidade de ratificação no caso da classificação de sigilo ultrassecreta

	Estado, no prazo previsto em regulamento.	prazo previsto em regulamento.	
	§ 3º A autoridade ou outro agente público que classificar informação como ultrassecreta deverá encaminhar a decisão de que trata o art. 23 à Comissão de Reavaliação de Informações, a que se refere o art. 30, no prazo previsto em regulamento.	§ 3º A autoridade ou outro agente público que classificar informação como ultrassecreta deverá encaminhar a decisão de que trata o art. 28 à Comissão Mista de Reavaliação de Informações, a que se refere o art. 35, no prazo previsto em regulamento.	Necessidade de informar a CMRI sobre decisão de classificação ultrassecreta
	Art. 23. A classificação de informação em qualquer grau de sigilo deverá ser formalizada em decisão que conterà, no mínimo, os seguintes elementos:	Art. 28. A classificação de informação em qualquer grau de sigilo deverá ser formalizada em decisão que conterà, no mínimo, os seguintes elementos:	Classificação só com decisão que preencham os requisitos:
	I - assunto sobre o qual versa a informação;	I - assunto sobre o qual versa a informação;	
	II - fundamento da classificação, observados os critérios estabelecidos no art. 18;	II - fundamento da classificação, observados os critérios estabelecidos no art. 24;	
	III - indicação do prazo de sigilo, contado em anos, meses ou dias, ou do evento que defina o seu termo final, conforme limites previstos no art. 18; e	III - indicação do prazo de sigilo, contado em anos, meses ou dias, ou do evento que defina o seu termo final, conforme limites previstos no art. 24; e	
	IV - identificação da autoridade que a classificou.	IV - identificação da autoridade que a classificou.	
	Parágrafo único. A decisão referida no caput será mantida no mesmo grau de sigilo da informação classificada.	Parágrafo único. A decisão referida no <i>caput</i> será mantida no mesmo grau de sigilo da informação classificada.	
	Art. 24. A classificação das informações será reavaliada pela autoridade classificadora ou por autoridade hierarquicamente superior, mediante provocação ou de ofício, nos termos e prazos previstos em regulamento, com vistas à sua desclassificação ou redução do prazo de sigilo, observado o disposto	Art. 29. A classificação das informações será reavaliada pela autoridade classificadora ou por autoridade hierarquicamente superior, mediante provocação ou de ofício, nos termos e prazos previstos em regulamento, com vistas na sua desclassificação ou redução do prazo de sigilo, observado o disposto no art. 24.	Possibilidade de reavaliação por ofício ou provocação.

	no art. 18.		
	§ 1º O regulamento a que se refere o caput deverá considerar as peculiaridades das informações produzidas no exterior por autoridades ou agentes públicos.	§ 1º O regulamento a que se refere o caput deverá considerar as peculiaridades das informações produzidas no exterior por autoridades ou agentes públicos.	
	§ 2º Na reavaliação a que se refere o caput, deverá ser examinada a permanência dos motivos do sigilo e a possibilidade de danos decorrentes do acesso ou da divulgação da informação.	§ 2º Na reavaliação a que se refere o caput, deverão ser examinadas a permanência dos motivos do sigilo e a possibilidade de danos decorrentes do acesso ou da divulgação da informação.	
	§ 3º Na hipótese de redução do prazo de sigilo da informação, o novo prazo de restrição manterá como termo inicial a data da sua produção.	§ 3º Na hipótese de redução do prazo de sigilo da informação, o novo prazo de restrição manterá como termo inicial a data da sua produção.	
	Art. 25. A autoridade máxima de cada órgão ou entidade publicará, anualmente, em sítio à disposição na rede mundial de computadores e destinado à veiculação de dados e informações administrativas, nos termos do regulamento:	Art. 30. A autoridade máxima de cada órgão ou entidade publicará, anualmente, em sítio à disposição na internet e destinado à veiculação de dados e informações administrativas, nos termos de regulamento:	Dever de transparência ativa quanto ao rol de informações classificadas
	I - rol das informações que tenham sido desclassificadas nos últimos doze meses; e	I - rol das informações que tenham sido desclassificadas nos últimos 12 (doze) meses;	Rol de informações desclassificadas
	II - o número de documentos classificados em cada grau de sigilo.	II – rol de documentos classificados em cada grau de sigilo, com identificação para referência futura;	Rol de classificados
		III - relatório estatístico contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes.	Relatório sobre pedidos de acesso à informação.
	§ 1º Os órgãos e entidades deverão manter exemplar da publicação prevista no caput para consulta pública em suas sedes.	§ 1º Os órgãos e entidades deverão manter exemplar da publicação prevista no caput para consulta pública em suas sedes.	Dever de transparência ativa nas sedes dos órgãos
	§ 2º Os órgãos e entidades manterão	§ 2º Os órgãos e entidades manterão	

	extrato com a lista de informações classificadas, acompanhadas da data, do grau de sigilo e dos fundamentos da classificação.	extrato com a lista de informações classificadas, acompanhadas da data, do grau de sigilo e dos fundamentos da classificação.	
	Seção V Das Informações Pessoais	Seção V Das Informações Pessoais	
	Art. 26. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.	Art. 31. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.	
	§ 1º As informações pessoais, a que se refere este artigo, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem:	§ 1º As informações pessoais, a que se refere este artigo, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem:	
	I - terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de cem anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem; e	I - terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem; e	Prazo máximo de classificação de 100 anos para informações pessoais.
Art. 8º O acesso aos documentos nominativos ou a informações deles constantes será facultado à pessoa a quem os dados digam respeito, bem como a terceiros por ela formalmente autorizados para tal.	II - poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem.	II - poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem.	Acesso de terceiros.
§ 3º Os dados pessoais comunicados a terceiros não podem ser utilizados para fins diversos dos que determinaram o acesso, sob pena de responsabilidade por perdas e danos, nos termos legais.	§ 2º Aquele que obtiver acesso às informações de que trata este artigo responsabiliza-se pelo seu uso indevido.	§ 2º Aquele que obtiver acesso às informações de que trata este artigo será responsabilizado por seu uso indevido.	Responsabilização por uso indevido;
	§ 3º O consentimento referido no	§ 3º O consentimento referido no inciso	

	inciso II do § 1º não será exigido quando as informações forem necessárias;	II do § 1º não será exigido quando as informações forem necessárias:	
§ 1º Os documentos de que trata o caput deste artigo poderão ser acessados por terceiros que comprovem legitimidade para agir na salvaguarda dos interesses da pessoa a que os documentos se refiram, quando incapaz de conceder autorização para tal.	I - à prevenção e diagnóstico médico, quando a pessoa estiver física ou legalmente incapaz, e para utilização única e exclusivamente para o tratamento médico;	I - à prevenção e diagnóstico médico, quando a pessoa estiver física ou legalmente incapaz, e para utilização única e exclusivamente para o tratamento médico;	Casos de saúde
§ 2º Poderão, ainda, ter acesso às informações de que trata este artigo terceiros que comprovem deter interesse direto, pessoal e legítimo relativo a tais informações.			
	II - à realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral, previstos em lei, sendo vedada a identificação da pessoa a que as informações se referirem;	II - à realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral, previstos em lei, sendo vedada a identificação da pessoa a que as informações se referirem;	Fins de pesquisa
	III - ao cumprimento de ordem judicial; ou	III - ao cumprimento de ordem judicial;	Ordem judicial
		IV - à defesa de direitos humanos; ou	Inclusão da hipótese de Dir. Humanos.
	IV - à proteção do interesse público e geral preponderante.	V - à proteção do interesse público e geral preponderante.	Interesse público preponderante.
	§ 4º Observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, a restrição de acesso à informação relativa à vida privada, honra e imagem de pessoa não poderá ser invocada com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades em que estiver envolvida ou ações voltadas para a recuperação de fatos históricos de maior relevância.	§ 4º A restrição de acesso à informação relativa à vida privada, honra e imagem de pessoa não poderá ser invocada com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades em que o titular das informações estiver envolvido, bem como em ações voltadas para a recuperação de fatos históricos de maior relevância.	Exclusão da observância do princípios da proporcionalidade ou razoabilidade.
	§ 5º Regulamento disporá sobre os	§ 5º Regulamento disporá sobre os	

	procedimentos para tratamento de informação pessoal.	procedimentos para tratamento de informação pessoal.	
	CAPÍTULO V DAS RESPONSABILIDADES		
	Art. 27. Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público ou militar:	Art. 32. Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público ou militar:	Responsabilização de agente público ou militar
	I - recusar-se a fornecer informação requerida nos termos desta Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;	I - recusar-se a fornecer informação requerida nos termos desta Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;	Recusa de fornecer a informação ou fornecer de maneira incorreta, incompleta e imprecisa. Um dos dilemas da implementação diz respeito aos agentes
	II - utilizar indevidamente, bem como subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontre sob sua guarda, ou a que tenha acesso ou conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública;	II - utilizar indevidamente, bem como subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontre sob sua guarda ou a que tenha acesso ou conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública;	Utilização indevida, subtração, destruição, desconfiguração da informação.
	III - agir com dolo ou má-fé na análise das solicitações de acesso à informação;	III - agir com dolo ou má-fé na análise das solicitações de acesso à informação;	Agir com dolo ou má-fé
	IV - divulgar ou permitir a divulgação ou acessar ou permitir acesso indevido à informação sigilosa ou informação pessoal;	IV - divulgar ou permitir a divulgação ou acessar ou permitir acesso indevido à informação sigilosa ou informação pessoal;	Divulgar ou permitir acesso à info sigilosa
	V - impor sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiro, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem;	V - impor sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiro, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem;	Impor sigilo para proveito pessoal ou de outrem
	VI - ocultar da revisão de autoridade superior competente informação sigilosa para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros; e	VI - ocultar da revisão de autoridade superior competente informação sigilosa para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros; e	

	VII - destruir ou subtrair, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado.	VII - destruir ou subtrair, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado.	Destruir ou subtrair documentos
	§ 1º Atendido o princípio do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, as condutas descritas no caput serão consideradas:	§ 1º Atendido o princípio do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, as condutas descritas no <i>caput</i> serão consideradas:	Respeito ao contraditório e ampla defesa
	I - para fins dos regulamentos disciplinares das Forças Armadas, transgressões militares médias ou graves, segundo os critérios neles estabelecidos, desde que não tipificadas em lei como crime ou contravenção penal; ou	I - para fins dos regulamentos disciplinares das Forças Armadas, transgressões militares médias ou graves, segundo os critérios neles estabelecidos, desde que não tipificadas em lei como crime ou contravenção penal; ou	
	II - para fins da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, infrações administrativas, que deverão ser apenadas no mínimo com suspensão, segundo os critérios nela estabelecidos.	II - para fins do disposto na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, infrações administrativas, que deverão ser apenadas, no mínimo, com suspensão, segundo os critérios nela estabelecidos.	Punição mínima de suspensão
	§ 2º Pelas condutas descritas no caput, poderá o militar ou agente público responder, também, por improbidade administrativa, conforme o disposto nas Leis no 1.079, de 10 de abril de 1950, e no 8.429, de 2 de junho de 1992.	§ 2º Pelas condutas descritas no <i>caput</i> , poderá o militar ou agente público responder, também, por improbidade administrativa, conforme o disposto nas Leis nºs 1.079, de 10 de abril de 1950, e 8.429, de 2 de junho de 1992.	Cabe até improbidade administrativa
	Art. 28. A pessoa física ou entidade privada que detiver informações em virtude de qualquer vínculo com o Poder Público e deixar de observar o disposto nesta Lei estará sujeita às seguintes sanções:	Art. 33. A pessoa física ou entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o poder público e deixar de observar o disposto nesta Lei estará sujeita às seguintes sanções:	Sanções cabíveis
	I - advertência;	I - advertência;	
	II - multa;	II - multa;	
	III - rescisão do vínculo com o poder público;	III - rescisão do vínculo com o poder público;	

	IV - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a dois anos; e	IV - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a 2 (dois) anos; e	
	V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.	V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.	
	§ 1º As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, assegurada o direito de defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de dez dias úteis.	§ 1º As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, assegurado o direito de defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias.	
	§ 2º A reabilitação referida no inciso V será autorizada somente quando o interessado efetivar o ressarcimento ao órgão ou entidade dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso IV.	§ 2º A reabilitação referida no inciso V será autorizada somente quando o interessado efetivar o ressarcimento ao órgão ou entidade dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso IV.	Reabilitação sanções pós
	§ 3º A aplicação da sanção prevista no inciso V é de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão ou entidade pública, facultada a defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista.	§ 3º A aplicação da sanção prevista no inciso V é de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão ou entidade pública, facultada a defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista.	
	Art. 29. Os órgãos e entidades públicas respondem diretamente pelos danos causados em decorrência da divulgação não autorizada ou utilização indevida de informações sigilosas ou informações pessoais, assegurado o direito de apurar responsabilidade funcional nos casos de dolo ou	Art. 34. Os órgãos e entidades públicas respondem diretamente pelos danos causados em decorrência da divulgação não autorizada ou utilização indevida de informações sigilosas ou informações pessoais, cabendo a apuração de responsabilidade funcional nos casos de dolo ou culpa, assegurado o respectivo direito de regresso.	

	culpa.		
	Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se à pessoa física ou entidade privada que, em virtude de qualquer vínculo com órgãos ou entidades, tenha acesso a informação sigilosa ou pessoal e a submeta a tratamento indevido.	Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se à pessoa física ou entidade privada que, em virtude de vínculo de qualquer natureza com órgãos ou entidades, tenha acesso a informação sigilosa ou pessoal e a submeta a tratamento indevido	
Art. 14. Não cabe atendimento a solicitações manifestamente abusivas e contrárias à razoabilidade em função da quantidade de pedidos feitos ou do seu caráter repetitivo e sistemático.			Hipóteses detalhadas no art. 13 do Decreto regulamentador.
	CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS	CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS	
	Art. 30. Fica instituída, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, a Comissão de Reavaliação de Informações, composta por Ministros de Estado ou autoridades com as mesmas prerrogativas.	Art. 35. Fica instituída, em contato permanente com a Casa Civil da Presidência da República, inserida na competência da União, a Comissão Mista de Reavaliação de Informações, composta por Ministros de Estado e por representantes dos Poderes Legislativo e Judiciário, indicados pelos respectivos presidentes, com mandato de 2 (dois) anos.	Proposta inicial da CMRI era dentro da estrutura da Casa Civil Composta por representantes de todos os poderes.
	§ 1º A Comissão de Reavaliação de Informações decidirá, no âmbito da administração pública federal, sobre o tratamento e a classificação de informações sigilosas e terá competência para:	§ 1º A Comissão Mista de Reavaliação de Informações decidirá, no âmbito da administração pública federal, sobre o tratamento e a classificação de informações sigilosas e terá competência para:	Competências da CMRI
	I - requisitar, da autoridade que classificar informação como ultra-secreta e secreta, esclarecimento ou conteúdo, parcial ou integral da informação;	I - requisitar da autoridade que classificar informação como ultrassecreta e secreta esclarecimento ou conteúdo, parcial ou integral da informação;	Requisitar info
	II - rever a classificação de informações ultra-secretas ou secretas, de ofício ou mediante	II - rever a classificação de informações ultrassecretas ou secretas, de ofício ou mediante provocação de pessoa	Rever classificação

	provocação de pessoa interessada, observado o disposto no art. 5º e demais dispositivos desta Lei; e	interessada, observado o disposto no art. 7º e demais dispositivos desta Lei; e	
	III - prorrogar o prazo de sigilo de informação classificada como ultra-secreta, sempre por prazo determinado, enquanto o seu acesso ou divulgação puder ocasionar ameaça externa à soberania nacional ou à integridade do território nacional ou grave risco às relações internacionais do País, observado o prazo previsto no art. 18, § 1º, em cada renovação.	III - prorrogar o prazo de sigilo de informação classificada como ultrassecreta, sempre por prazo determinado, enquanto o seu acesso ou divulgação puder ocasionar ameaça externa à soberania nacional ou à integridade do território nacional ou grave risco às relações internacionais do País, observado o prazo previsto no § 1º do art. 24, limitado a uma única renovação.	Prorrogar prazo de sigilo de info ultrassecreta por prazo determinado.
		§ 2º A revisão de ofício a que se refere o inciso II do § 1º deverá ocorrer, no máximo, a cada 4 (quatro) anos, após a revisão prevista no art. 39, quando se tratar de documentos ultrassecretos ou secretos.	Período de revisão a cada 4 anos
		§ 3º A não deliberação sobre a revisão pela Comissão Mista de Reavaliação de Informações nos prazos previstos no § 2º implicará a desclassificação automática das informações.	Não revisão implica em desclassificação
	§ 2º Regulamento disporá sobre a composição, organização e funcionamento da Comissão de Reavaliação de Informações, observadas as disposições desta Lei.	§ 4º Regulamento disporá sobre a composição, organização e funcionamento da Comissão Mista de Reavaliação de Informações, observadas as disposições desta Lei.	
	Art. 31. O tratamento de informação sigilosa resultante de tratados, acordos ou atos internacionais atenderá às normas e recomendações constantes desses instrumentos.	Art. 36. O tratamento de informação sigilosa resultante de tratados, acordos ou atos internacionais atenderá às normas e recomendações constantes desses instrumentos.	Informações sigilosas internacionais deverão seguir o disposto na Lei.
	Art. 32. Fica instituído, no âmbito do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, o Núcleo de Segurança e	Art. 37. Fica instituído, no âmbito do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, o Núcleo de Segurança e Credenciamento - NSC,	Instituição do Núcleo de Segurança e Credenciamento

	Credenciamento - NSC, que tem por objetivos:	que tem por objetivos:	
	I - promover e propor a regulamentação do credenciamento de segurança de pessoas físicas, empresas, órgãos e entidades para tratamento de informações sigilosas; e	I - promover e propor a regulamentação do credenciamento de segurança de pessoas físicas, empresas, órgãos e entidades para tratamento de informações sigilosas; e	Competência
	II - garantir a segurança de informações sigilosas, inclusive aquelas provenientes de países ou organizações internacionais com os quais a República Federativa do Brasil tenha firmado tratado, acordo, contrato ou qualquer outro ato internacional, sem prejuízo das atribuições do Ministério das Relações Exteriores e dos demais órgãos competentes.	II - garantir a segurança de informações sigilosas, inclusive aquelas provenientes de países ou organizações internacionais com os quais a República Federativa do Brasil tenha firmado tratado, acordo, contrato ou qualquer outro ato internacional, sem prejuízo das atribuições do Ministério das Relações Exteriores e dos demais órgãos competentes.	
	Parágrafo único. Regulamento disporá sobre a composição, organização e funcionamento do NSC.	Parágrafo único. Regulamento disporá sobre a composição, organização e funcionamento do NSC.	
	Art. 33. Aplica-se, no que couber, a Lei nº 9.507, de 12 de novembro de 1997, em relação à informação de pessoa, física ou jurídica, constante de registro ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público.	Art. 38. Aplica-se, no que couber, a Lei nº 9.507, de 12 de novembro de 1997, em relação à informação de pessoa, física ou jurídica, constante de registro ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público.	Lei que disciplina o habeas data
	Art. 34. Os órgãos e entidades públicas deverão proceder à reavaliação das informações classificadas como ultra-secretas e secretas no prazo máximo de dois anos, contados do termo inicial de vigência desta Lei.	Art. 39. Os órgãos e entidades públicas deverão proceder à reavaliação das informações classificadas como ultrassecretas e secretas no prazo máximo de 2 (dois) anos, contados do termo inicial de vigência desta Lei.	Reavaliação de informações ultrassecretas em até 2 anos da edição da Lei
	§ 1º A restrição de acesso a informações, em razão da reavaliação prevista no caput, deverá	§ 1º A restrição de acesso a informações, em razão da reavaliação prevista no <i>caput</i> , deverá observar os	

	observar os prazos e condições previstos nesta Lei.	prazos e condições previstos nesta Lei.	
	§ 2º No âmbito da administração pública federal, a reavaliação prevista no caput poderá ser revista, a qualquer tempo, pela Comissão de Reavaliação de Informações, observados os termos desta Lei.	§ 2º No âmbito da administração pública federal, a reavaliação prevista no <i>caput</i> poderá ser revista, a qualquer tempo, pela Comissão Mista de Reavaliação de Informações, observados os termos desta Lei.	Reavaliação a qualquer tempo pelo CMRI
	§ 3º Enquanto não transcorrido o prazo de reavaliação previsto no caput, será mantida a classificação da informação nos termos da legislação precedente.	§ 3º Enquanto não transcorrido o prazo de reavaliação previsto no <i>caput</i> , será mantida a classificação da informação nos termos da legislação precedente.	
	§ 4º As informações classificadas como secretas e ultra-secretas não reavaliadas no prazo previsto no caput serão consideradas, automaticamente, de acesso público.	§ 4º As informações classificadas como secretas e ultrassecretas não reavaliadas no prazo previsto no <i>caput</i> serão consideradas, automaticamente, de acesso público	Caso não haja reavaliação no prazo, a info é automaticamente pública.
	Art. 35. No prazo de sessenta dias, a contar da vigência desta Lei, o dirigente máximo de cada órgão ou entidade da administração pública federal direta, autárquica e fundacional designará autoridade que lhe seja diretamente subordinada para, no âmbito do respectivo órgão ou entidade, exercer as seguintes atribuições:	Art. 40. No prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da vigência desta Lei, o dirigente máximo de cada órgão ou entidade da administração pública federal direta e indireta designará autoridade que lhe seja diretamente subordinada para, no âmbito do respectivo órgão ou entidade, exercer as seguintes atribuições:	Autoridade responsável ad a órgão pela LAI.
	I – assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso a informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos desta Lei;	I – assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso a informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos desta Lei;	Competências assegurar cumprimento
	II – monitorar a implementação do disposto nesta Lei e apresentar relatórios periódicos sobre o seu cumprimento;	II – monitorar a implementação do disposto nesta Lei e apresentar relatórios periódicos sobre o seu cumprimento;	Monitorar implementação
	III – recomendar as medidas indispensáveis à implementação e ao aperfeiçoamento das normas e procedimentos necessários ao	III – recomendar as medidas indispensáveis à implementação e ao aperfeiçoamento das normas e procedimentos necessários ao correto	Recomendar medidas

	correto cumprimento do disposto nesta Lei; e	cumprimento do disposto nesta Lei; e	
	IV – orientar as respectivas unidades no que se refere ao cumprimento do disposto nesta Lei e seus regulamentos.	IV – orientar as respectivas unidades no que se refere ao cumprimento do disposto nesta Lei e seus regulamentos.	Orientar unidades
		Art. 41. O Poder Executivo federal designará órgão da administração pública federal responsável:	Indicação de órgão responsável para:
		I – pela promoção de campanha de abrangência nacional de fomento à cultura da transparência na administração pública e conscientização do direito fundamental de acesso à informação;	Campanha
		II – pelo treinamento de agentes públicos no que se refere ao desenvolvimento de práticas relacionadas à transparência na administração pública;	Treinamento
		III – pelo monitoramento da aplicação da lei no âmbito da administração pública federal, concentrando e consolidando a publicação de informações estatísticas relacionadas no art. 30;	Monitoramento
		IV – pelo encaminhamento ao Congresso Nacional de relatório anual com informações atinentes à implementação desta Lei.	Encaminhamento ao Congresso de relatório anual
	Art. 36. O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei no prazo de cento e vinte dias a contar da data de sua publicação.	Art. 42. O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de sua publicação.	
	Art. 37. O inciso VI do art. 116 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:	Art. 43. O inciso VI do art. 116 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:	
	“VI - levar as irregularidades de que	VI - levar as irregularidades de que tiver	

	tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração;" (NR)	ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração;	
	Art. 38. O Capítulo IV do Título IV da Lei nº 8.112, de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte artigo:	Art. 44. O Capítulo IV do Título IV da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 126-A:	
	"Art. 126-A. Nenhum servidor poderá ser responsabilizado civil, penal ou administrativamente por dar ciência à autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, a outra autoridade competente para apuração de informação concernente à prática de crimes ou improbidade de que tenha conhecimento, ainda que em decorrência do exercício de cargo, emprego ou função pública." (NR)	"Art. 126-A. Nenhum servidor poderá ser responsabilizado civil, penal ou administrativamente por dar ciência à autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, a outra autoridade competente para apuração de informação concernente à prática de crimes ou improbidade de que tenha conhecimento, ainda que em decorrência do exercício de cargo, emprego ou função pública."	
		Art. 45. Cabe aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em legislação própria, obedecidas as normas gerais estabelecidas nesta Lei, definir regras específicas, especialmente quanto ao disposto no art. 9º e na seção II do Capítulo III.	Estados e municípios legislação própria.
	Art. 39. Esta Lei entrará em vigor após decorridos cento e vinte dias da data de sua publicação.	Art. 46. Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial	
	Art. 40. Revogam-se:	Art. 47. Revogam-se:	
	I - a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005; e	I - a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005; e	Regulava a parte final do inciso XXXIII da Constituição
	II - os arts. 22 a 24 da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991.	II - os arts. 22 a 24 da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991	

APÊNDICE 7
TABELA COMPARATIVA SENADO FEDERAL

PROPOSTA APROVADA PELA CÂMARA REDAÇÃO ENVIADA AO SENADO	SUBSTITUTIVO (parecer de plenário, em substituição à comissão de relações exteriores e defesa nacional)	COMENTÁRIOS
Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.	Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.	
CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS	CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	
Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal	Art. 1º O acesso a informações, previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição, observará, no que couber, o disposto nesta Lei.	Foi retirado a observância por parte dos Estados, DF e municípios
Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei:		
I - os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público;		Adm direta + Tribunal de Contas + MP

II - as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.		Adm indireta
Art. 2º Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres.		Princípio da publicidade para quem recebe recurso público
Parágrafo único. A publicidade a que estão submetidas as entidades referidas no <i>caput</i> refere-se à parcela dos recursos públicos recebidos e à sua destinação, sem prejuízo das prestações de contas a que estejam legalmente obrigadas.		
Art. 3º Os procedimentos previstos nesta Lei se destinam a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:		Princípios Gerais que norteiam a Lei
I – observância da publicidade como preceito geral e o sigilo como exceção;		Publicidade como regra
II – divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;		Transparência Ativa
III – utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;		Novos meios de TI
IV – fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;		Cultura de Transparência
V – desenvolvimento do controle social da administração pública.		Controle Social

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, considera-se:	Art. 2º Para os efeitos desta Lei, considera-se:	Conceituações importantes
I - informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;	I - informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;	
II – documento: unidade de registro de informações qualquer que seja o suporte ou formato;		Não há explicação sobre o que é documento
III - informação sigilosa: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado;	III - informação sigilosa: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado;	
IV - informação pessoal: aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável;	IV - informação pessoal: aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável;	
V - tratamento da informação: conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação;	V - tratamento da informação: conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação;	
VI - disponibilidade: qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados;	VI - disponibilidade: qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados;	
VII - autenticidade: qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema;	VII - autenticidade: qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema;	
VIII - integridade: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino;	VIII - integridade: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino;	
IX – primariedade: qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.		Foi excluído o conceito de primariedade – o da não modificação da informação original

Art. 5º É dever do Estado à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.	Art. 3º É dever do Estado assegurar o direito de acesso à informação, que será franqueado, mediante procedimentos simples e ágeis, de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão, devendo ser prestados os eventuais esclarecimentos que forem solicitados.	Abandono da Transparência Ativa, já que assegurado o acesso quando solicitado.
CAPÍTULO II DO ACESSO A INFORMAÇÕES E DA SUA DIVULGAÇÃO	CAPÍTULO II DO ACESSO A INFORMAÇÕES E DA SUA DIVULGAÇÃO	
Art. 6º Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a:	Art. 4º Cabe aos órgãos e entidades públicas assegurar, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis:	
I - gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação;	I - gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação;	
II - proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade; e	II - proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade; e	
III - proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso.	III - proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, assegurada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e acesso restrito.	Muda-se de eventual restrição que a informação possa ter para acesso restrito
Art. 7º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter:	Art. 5º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter:	
I - orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada;	I - orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada;	
II - informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos;	II - informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos;	
III - informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha	III - informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha	

cessado;	cessado;	
IV - informação primária , íntegra, autêntica e atualizada;	IV - informação íntegra, autêntica e atualizada;	Exclusão do princípio da primariedade
V - informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços;	V - informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços;	
VI - informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação, contratos administrativos; e	VI - informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação, contratos administrativos; e	
VII - informação relativa:	VII - informação relativa:	
a) à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos;	a) à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos;	Cabe pedido de acesso sobre a implementação, acompanhamento e resultados das ações dos órgãos
b) ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas relativas a exercícios anteriores.	b) ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, bem como de prestação de contas relativas a exercícios anteriores.	
§ 1º O acesso à informação previsto no <i>caput</i> não compreende as informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.	§ 1º O acesso à informação previsto no <i>caput</i> não compreende as informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.	Excluem-se projetos de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológicos imprescindíveis à segurança do País.
§ 2º Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, fica assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.	§ 2º Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, fica assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia, se for possível a ocultação ou expurgo da parte sob sigilo.	Quando a informação só é em parte sigilosa, cabe acesso à parte que não a é. Na CRE, entretanto, colocava apenas como possibilidade e não obrigação.
§ 3º O direito de acesso aos documentos ou às informações nele contidas utilizados como fundamento da tomada de decisão e do ato administrativo será assegurado com a edição do ato decisório respectivo.	§ 3º O direito de acesso aos documentos utilizados como fundamento da tomada de decisão e do ato administrativo será assegurado com a edição do ato decisório respectivo.	Substitutivo da CRE não trouxe a definição de informações

§ 4º A negativa de acesso às informações objeto de pedido formulado aos órgãos e entidades referenciadas no art. 1º, quando não fundamentada, sujeitará o responsável a medidas disciplinares, nos termos do art. 32 desta Lei.		Cabimento de medidas disciplinares foi retirado do texto
§ 5º Informado do extravio da informação solicitada, poderá o interessado requerer à autoridade competente a imediata abertura de sindicância para apurar o desaparecimento da respectiva documentação.		Previsão de abertura de sindicância caso tenha ocorrido extravio da informação solicitada.
§ 6º Verificada a hipótese prevista no § 5º deste artigo, o responsável pela guarda da informação extraviada deverá, no prazo de 10 (dez) dias, justificar o fato e indicar testemunhas que comprovem sua alegação.		
Art. 8º É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.	Art. 6º É dever dos órgãos e entidades públicas promover a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.	Retirado, mais um vez, a necessidade de transparência ativa.
§ 1º Na divulgação das informações a que se refere o <i>caput</i> , deverão constar, no mínimo:	§ 1º Na divulgação das informações a que se refere o <i>caput</i> , deverão constar, no mínimo:	Rol das informações a serem divulgadas
I - registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;	I - registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;	Competências e Estrutura
II - registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;	II - registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;	Itens financeiros
III - registros das despesas;	III - registros das despesas;	Despesas
IV - informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;	IV - informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;	Licitações
V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; e	V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; e	Dados gerais sobre ações

VI - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.	VI - respostas às perguntas mais frequentes da sociedade.	FAQ mais frequente
§ 2º Para cumprimento do disposto no <i>caput</i> , os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores - internet.	§ 2º Para cumprimento do disposto no <i>caput</i> , os órgãos e entidades públicas deverão utilizar-se de todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, preferencialmente em sítios oficiais da rede mundial de computadores	Retirada da obrigação de divulgação por meio da internet
§ 3º Os sítios de que trata o § 2º deverão, na forma de regulamento, atender, entre outros, aos seguintes requisitos:	§ 3º Os sítios de que trata o § 2º deverão, na forma de regulamento, atender, entre outros, aos seguintes requisitos:	Obrigação dos sítios oficiais:
I – conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;	I – conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;	Ferramenta de pesquisa
II – possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;		Possibilidade de obtenção dos dados foi excluída
III – possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;		Possibilidade de dados abertos foi retirado
IV – divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação;		Divulgação detalhada dos formatos
V - garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso;	II - garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso;	Autenticidade e integridade
VI – manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;	III – manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;	Atualização das informações
VII - indicar local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio; e	IV – conter local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio; e	Local para obtenção das informações
VIII - adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, nos termos do art. 17 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e do art. 9º da Convenção Sobre os Direitos	V - adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, nos termos do art. 17 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e do art. 9º da Convenção Sobre os Direitos	Garantia da acessibilidade

das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008.	das Pessoas com Deficiência, promulgada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008.	
§ 4º Os Municípios com população de até 10.000 (dez mil) habitantes ficam dispensados da divulgação obrigatória na internet a que se refere o § 2º, mantida a obrigatoriedade de divulgação, em tempo real, de informações relativas à execução orçamentária e financeira, nos critérios e prazos previstos no art. 73-B da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.		Hipótese de exceção para municípios pequenos
Art. 9º O acesso a informações públicas será assegurado mediante:	Art. 7º O acesso a informações públicas será ainda assegurado mediante:	Criação do SIC
I - criação de serviço de informações ao cidadão, nos órgãos e entidades do poder público, em local com condições apropriadas para:	I - criação de serviço de informações ao cidadão, nos órgãos e entidades públicas , em local com condições apropriadas para:	
a) atender e orientar o público quanto ao acesso a informações;	a) atender e orientar o público quanto ao acesso a informações;	
b) informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades;	b) informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades;	
c) protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações; e	c) protocolar documentos e requerimentos de acesso a informações; e	
II - realização de audiências ou consultas públicas, incentivo à participação popular ou a outras formas de divulgação.	II - realização de audiências ou consultas públicas, incentivo à participação popular ou a outras formas de divulgação.	
CAPÍTULO III DO PROCEDIMENTO DE ACESSO À INFORMAÇÃO Seção I Do Pedido de Acesso	CAPÍTULO III DO PROCEDIMENTO DE ACESSO À INFORMAÇÃO Seção I Do Pedido de Acesso	
Art. 10. Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos no art. 1º	Art. 8º O pedido de acesso será realizado por qualquer meio legítimo e deverá conter a identificação do requerente e a especificação	Necessidade de identificação do requerente da informações

desta Lei, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida.	da informação requerida.	
§ 1º Para o acesso a informações de interesse público, a identificação do requerente não pode conter exigências que inviabilizem a solicitação.		Exclusão da proibição de aspectos que dificultam o acesso
§ 2º Os órgãos e entidades do poder público devem viabilizar alternativa de encaminhamento de pedidos de acesso por meio de seus sítios oficiais na Internet.		Formas alternativas de pedidos
§ 3º São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.		Exclusão da vedação de exigência de motivos determinantes.
Art. 11. O órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível.	Art. 9º O órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível.	
§ 1º Não sendo possível conceder o acesso imediato, na forma disposta no caput, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá, em prazo não superior a 20 (vinte) dias:	§ 1º Não sendo possível conceder o acesso imediato, na forma disposta no caput, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá, em prazo não superior a vinte dias corridos:	Contagem dos prazos de forma corrida.
I - comunicar a data, local e modo para se realizar a consulta, efetuar a reprodução ou obter a certidão;	I - comunicar a data, local e modo para se realizar a consulta, efetuar a reprodução ou obter a certidão;	
II - indicar as razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, do acesso pretendido; ou	II - indicar as razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, do acesso pretendido; ou	
III - comunicar que não possui a informação, indicar, se for do seu conhecimento, o órgão ou a entidade que a detém, ou, ainda, remeter o requerimento a esse órgão ou entidade, cientificando o interessado da remessa de seu pedido de informação.	III - comunicar ao requerente que não possui a informação, indicar qual o órgão ou a entidade que a detém, se for do seu conhecimento, ou, ainda, remeter o requerimento a esse órgão ou entidade, comunicando o interessado sobre sua remessa.	
§ 2º O prazo referido no § 1º poderá ser prorrogado por mais 10 (dez) dias, mediante justificativa expressa, da qual será cientificado o requerente.	§ 2º O prazo referido no § 1º poderá ser prorrogado por mais dez dias corridos, mediante justificativa expressa, da qual será cientificado o requerente.	10 dias de prorrogação de prazo

§ 3º Sem prejuízo da segurança e da proteção das informações e do cumprimento da legislação aplicável, o órgão ou entidade poderá oferecer meios para que o próprio requerente possa pesquisar a informação de que necessitar.	§ 3º Sem prejuízo da segurança e da proteção das informações e do cumprimento da legislação aplicável, o órgão ou entidade poderá oferecer meios para que o próprio requerente possa pesquisar a informação de que necessitar.	
§ 4º Quando não for autorizado o acesso por se tratar de informação total ou parcialmente sigilosa, o requerente deverá ser informado sobre a possibilidade de recurso, prazos e condições para sua interposição, devendo, ainda, ser-lhe indicada a autoridade competente para sua apreciação.	§ 4º Quando não for autorizado o acesso por se tratar de informação total ou parcialmente sigilosa, o requerente deverá ser informado sobre a possibilidade de recurso, prazos e condições para sua interposição, devendo, ainda, ser-lhe indicada a autoridade competente para sua apreciação.	Possibilidade de recurso
§ 5º A informação armazenada em formato digital será fornecida nesse formato , caso haja anuência do requerente.	§ 5º A informação armazenada em meio digital poderá ser fornecida por esse meio, a pedido ou com a anuência do requerente	A entrega da informação em formato digital como possibilidade na CRE
§ 6º Caso a informação solicitada esteja disponível ao público em formato impresso, eletrônico ou em qualquer outro meio de acesso universal, serão informados ao requerente, por escrito, o lugar e a forma pela qual se poderá consultar, obter ou reproduzir a referida informação, procedimento esse que desonerará o órgão ou entidade pública da obrigação de seu fornecimento direto, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para realizar por si mesmo tais procedimentos .	§ 6º Caso a informação solicitada esteja disponível ao público, por meio de impressos, em formato eletrônico ou em qualquer outro meio de acesso universal, serão informados ao requerente, por escrito, o lugar e a forma pela qual se poderá consultar, obter ou reproduzir referida informação, procedimento esse que desonerará o órgão ou entidade pública da obrigação de seu fornecimento direto, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para tal mister	Acesso à informação in loco
Art. 12. O serviço de busca e fornecimento da informação é gratuito, salvo nas hipóteses de reprodução de documentos pelo órgão ou entidade pública consultada, situação em que poderá ser cobrado exclusivamente o valor necessário ao ressarcimento do custo dos serviços e dos materiais utilizados.	Art. 10. O serviço de busca e fornecimento da informação é gratuito, salvo nas hipóteses de reprodução de documentos pelo órgão ou entidade pública consultada, situação em que poderá ser cobrado exclusivamente o valor necessário ao ressarcimento do custo dos serviços e dos materiais utilizados.	Serviço é gratuito
Parágrafo único. Estará isento de ressarcir os custos previstos no <i>caput</i> todo aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983.	Parágrafo único. Estará isento de ressarcir os custos previstos no <i>caput</i> todo aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983.	Isenção de pagamento na forma da Lei

Art. 13. Quando se tratar de acesso à informação contida em documento cuja manipulação possa prejudicar sua integridade, deverá ser oferecida a consulta de cópia, com certificação de que esta confere com o original.	Art. 11. Quando se tratar de acesso à informação contida em meio cuja manipulação possa prejudicar a sua integridade, deverá ser oferecida a consulta de cópia, com certificação de que esta confere com o original.	
Parágrafo único. Na impossibilidade de obtenção de cópias, o interessado poderá solicitar que, a suas expensas e sob supervisão de servidor público, a reprodução seja feita por outro meio que não ponha em risco a conservação do documento original.	Parágrafo único. Na impossibilidade de obtenção de cópias, o interessado poderá solicitar que a reprodução seja feita por outro meio que não ponha em risco a conservação do original, a suas expensas e sob supervisão de servidor público.	
Art. 14. É direito do requerente obter o inteiro teor de decisão de negativa de acesso, por certidão ou cópia.	Art. 12. É direito do requerente obter o inteiro teor de decisão de negativa de acesso, por certidão ou cópia.	Inteiro teor da decisão que nega acesso à informação
	Parágrafo único. Na hipótese de recusa de concessão de certidão ou de cópia da decisão de negativa de acesso, ou na ausência de manifestação nos prazos estabelecidos nesta Lei, o requerente poderá recorrer à autoridade superior no mesmo órgão ou entidade pública.	
Seção II Dos Recursos	Seção II Dos Recursos no âmbito da Administração Pública Federal	
Art. 15. No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua ciência.		Exclusão da possibilidade de recurso à autoridade superior em 10 dias
Parágrafo único. O recurso será dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, que deverá se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias.		
Art. 16. Negado o acesso a informação pelos órgãos ou entidades do Poder Executivo federal, o requerente poderá recorrer à Controladoria-Geral da União, que deliberará no prazo de 5 (cinco) dias se:	Art. 13. Negado o acesso a informação pelos órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal, o requerente poderá recorrer à Controladoria-Geral da União, se:	Recurso direto à CGU, sem prazo específico.
I - o acesso à informação não classificada como sigilosa for negado;	I - o acesso à informação não classificada como sigilosa for negado;	

II - a decisão de negativa de acesso à informação total ou parcialmente classificada como sigilosa não indicar a autoridade classificadora ou a hierarquicamente superior a quem possa ser dirigido pedido de acesso ou desclassificação;	II - a decisão de negativa de acesso à informação total ou parcialmente classificada como sigilosa não indicar a autoridade classificadora ou a hierarquicamente superior a quem possa ser dirigido pedido de acesso ou desclassificação;	
III - os procedimentos de classificação de informação sigilosa estabelecidos nesta Lei não tiverem sido observados; e	III - os procedimentos de classificação de informação sigilosa estabelecidos nesta Lei não tiverem sido observados; e	
IV - estiverem sendo descumpridos prazos ou outros procedimentos previstos nesta Lei.	IV - estiverem sendo descumpridos prazos ou outros procedimentos previstos nesta Lei.	
§ 1º O recurso previsto neste artigo somente poderá ser dirigido à Controladoria-Geral da União depois de submetido à apreciação de pelo menos uma autoridade hierarquicamente superior àquela que exarou a decisão impugnada, que deliberará no prazo de 5 (cinco) dias.	§ 1º O recurso previsto neste artigo somente poderá ser dirigido à Controladoria-Geral da União depois de submetido à apreciação de pelo menos uma autoridade hierarquicamente superior àquela que exarou a decisão impugnada	Exclusão do prazo para resposta.
§ 2º Verificada a procedência das razões do recurso, a Controladoria-Geral da União determinará ao órgão ou entidade que adote as providências necessárias para dar cumprimento ao disposto nesta Lei.	§ 2º Verificada a procedência das razões do recurso, a Controladoria-Geral da União determinará ao órgão ou entidade que adote as providências necessárias para dar cumprimento ao disposto nesta Lei.	
§ 3º Negado o acesso à informação pela Controladoria-Geral da União, poderá ser interposto recurso à Comissão Mista de Reavaliação de Informações, a que se refere o art. 35.		Exclusão de recurso à CMRI
Art. 17. No caso de indeferimento de pedido de desclassificação de informação protocolado em órgão da administração pública federal, poderá o requerente recorrer ao Ministro de Estado da área, sem prejuízo das competências da Comissão Mista de Reavaliação de Informações, previstas no art. 35, e do disposto no art. 16.	Art. 14. Sem prejuízo das competências da Comissão de Reavaliação de Informações, previstas no art. 30, e do disposto no art. 13, o requerente poderá recorrer ao Ministro de Estado da área, quando houver resposta negativa a pedido de desclassificação de informação reservada.	Hipótese de recurso somente se for sobre pedido de desclassificação de informação reservada.

§ 1º O recurso previsto neste artigo somente poderá ser dirigido às autoridades mencionadas depois de submetido à apreciação de pelo menos uma autoridade hierarquicamente superior à autoridade que exarou a decisão impugnada e, no caso das Forças Armadas, ao respectivo Comando.	Parágrafo único . O recurso previsto neste artigo somente poderá ser dirigido às autoridades mencionadas depois de submetido à apreciação de pelo menos uma autoridade hierarquicamente superior à autoridade que exarou a decisão impugnada e, no caso das Forças Armadas, ao respectivo Comando.	
§ 2º Indeferido o recurso previsto no <i>caput</i> que tenha como objeto a desclassificação de informação secreta ou ultrassecreta, caberá recurso à Comissão Mista de Reavaliação de Informações prevista no art. 35.		Exclusão de recurso à CMRI para o caso de desclassificação de informação secreta e ultrassecreta
Art. 18. Os procedimentos de revisão de decisões denegatórias proferidas no recurso previsto no art. 15 e de revisão de classificação de documentos sigilosos serão objeto de regulamentação própria dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público, em seus respectivos âmbitos, assegurado ao solicitante, em qualquer caso, o direito de ser informado sobre o andamento de seu pedido.		Regulamentação do procedimento de revisão de decisões denegatórias
Art. 19. Negado o acesso à informação e improvido o recurso a que se refere o art. 15, os órgãos e entidades públicas deverão informar aos Tribunais de Contas a cuja fiscalização estiverem submetidos os pedidos de informação indeferidos, acompanhados das razões da denegação, quando se tratar de matéria sujeita à fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial das referidas Cortes.		Necessidade de informação ao Tribunal de Contas quando a negativa for de matéria de sua competência.
§ 1º Quando se tratar de informações essenciais à tutela de direitos fundamentais, os órgãos ou entidades públicas deverão encaminhar ao Ministério Público os pedidos de informação indeferidos acompanhados das razões da denegação.		Necessidade de informação ao MP quando versar sobre direitos fundamentais
§ 2º Os órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público informarão ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do		

Ministério Público, respectivamente, as decisões que, em grau de recurso, negarem acesso a informações de interesse público.		
Art. 20. Aplica-se subsidiariamente, no que couber, a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, ao procedimento de que trata este Capítulo.	Art. 15. Aplica-se subsidiariamente, no que couber, a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, ao procedimento de que trata este Capítulo.	
CAPÍTULO IV DAS RESTRIÇÕES DE ACESSO À INFORMAÇÃO Seção I Disposições Gerais	CAPÍTULO IV DAS RESTRIÇÕES DE ACESSO À INFORMAÇÃO Seção I Das Disposições Gerais	
Art. 21. Não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.	Art. 16. Não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.	Não cabe negativa de acesso à informação que verse sobre tutela judicial ou adm
Parágrafo único. As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso.	Parágrafo único. As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso.	
Art. 22. O disposto nesta Lei não exclui as demais hipóteses legais de sigilo e de segredo de justiça nem as hipóteses de segredo industrial decorrentes da exploração direta de atividade econômica pelo Estado ou por pessoa física ou entidade privada que tenha qualquer vínculo com o poder público.	Art. 17. O disposto nesta Lei não exclui as demais hipóteses legais de sigilo e de segredo de justiça nem as hipóteses de segredo industrial decorrentes da exploração direta de atividade econômica pelo Estado ou por pessoa física ou entidade privada que tenha qualquer vínculo com o poder público.	Manutenção de hipóteses de sigilo legais.
Seção II Da Classificação da Informação quanto ao Grau e Prazos de Sigilo	Seção II Da Classificação de Informação como sigilosa e dos Prazos de Sigilo	
Art. 24. A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada.	Art. 18. A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta, confidencial ou reservada.	Possibilidade de classificação em razão da segurança da sociedade ou do Estado

§ 1º Os prazos máximos de restrição de acesso à informação, conforme a classificação prevista no <i>caput</i> , vigoram a partir da data de sua produção e são os seguintes:	§ 1º Os prazos máximos de restrição de acesso à informação, conforme a classificação prevista no <i>caput</i> , vigoram a partir da data de sua produção e são os seguintes:	
I - ultrassecreta: 25 (vinte e cinco) anos;	I - ultrassecreta: 25 (vinte e cinco) anos;	
II - secreta: 15 (quinze) anos; e	II - secreta: 15 (quinze) anos;	
	III- confidencial: 10 (dez) anos; e	Inclusão do grau confidencial - retrocesso
III - reservada: 5 (cinco) anos.	IV - reservada: 5 (cinco) anos.	
§ 2º As informações que puderem colocar em risco a segurança do Presidente e Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e filhos (as) serão classificadas como reservadas e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição.	§ 3º As informações que puderem colocar em risco a segurança do Presidente e Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e filhos(as) serão classificadas como secretas.	Informação sobre Presidente, Vice e familiares são classificadas como secretas sem prazo para abertura
§ 3º Alternativamente aos prazos previstos no § 1º, poderá ser estabelecida como termo final de restrição de acesso a ocorrência de determinado evento, desde que este ocorra antes do transcurso do prazo máximo de classificação.	§ 4º Alternativamente aos prazos previstos no § 1º, poderá ser estabelecida como termo final de restrição de acesso a ocorrência de determinado evento, desde que este ocorra antes do transcurso do prazo máximo de classificação.	
§ 4º Transcorrido o prazo de classificação ou consumado o evento que defina o seu termo final, a informação tornar-se-á, automaticamente, de acesso público.	§ 5º Transcorrido o prazo de classificação ou consumado o evento que defina o seu termo final, a informação tornar-se-á, automaticamente, de acesso público, à exceção dos documentos classificados como ultrassecretos e os de outras classificações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, cabendo à autoridade competente decidir por sua prorrogação, sempre por prazo limitado	As informações não são tornadas públicas após final do prazo.
§ 5º Para a classificação da informação em determinado grau de sigilo, deverá ser observado o interesse público da informação, e utilizado o critério menos restritivo possível, considerados:	§ 6º Para a classificação da informação em determinado grau de sigilo, deverá ser utilizado o critério menos restritivo possível, considerados:	Exclusão da observância do interesse público
I - a gravidade do risco ou dano à segurança da sociedade e do Estado; e	I - a gravidade do risco ou dano à segurança da sociedade e do Estado; e	

II - o prazo máximo de restrição de acesso ou o evento que defina seu termo final.	II - o prazo máximo de restrição de acesso ou o evento que defina seu termo final.	
	§ 7º São passíveis de classificação como ultrassecretos, dentre outros, dados ou informações referentes à soberania e à integridade territorial nacionais, a planos e operações militares, às relações internacionais do País, a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico de interesse da defesa nacional e a programas econômicos, cujo conhecimento não-autorizado possa acarretar dano excepcionalmente grave à segurança da sociedade e do Estado.	Informações passíveis de classificação como ultrassecretas
	§ 8º São passíveis de classificação como secretos, dentre outros, dados ou informações referentes a sistemas, instalações, programas, projetos, planos ou operações de interesse da defesa nacional, a assuntos diplomáticos e de inteligência e a planos ou detalhes, programas ou instalações estratégicos, cujo conhecimento não-autorizado possa acarretar dano grave à segurança da sociedade e do Estado.	Informações passíveis de classificação como secretas
	§ 9º São passíveis de classificação como confidenciais dados ou informações que, no interesse dos Poderes da República e das partes, devam ser de conhecimento restrito e cuja revelação não-autorizada possa frustrar seus objetivos ou acarretar dano à segurança da sociedade e do Estado.	Informações passíveis de classificação como confidenciais
	§ 10. São passíveis de classificação como reservados dados ou informações cuja revelação não-autorizada possa comprometer planos, operações ou objetivos neles previstos ou referidos	Informações passíveis de classificação como reservado
Art. 23. São consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, passíveis de classificação as informações cuja divulgação ou acesso	Art. 19. São consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, passíveis de classificação as informações cuja divulgação ou acesso	Parâmetros de informações imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado.

irrestrito possam:	irrestrito possa:	
I - pôr em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional;	I - pôr em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional;	Defesa e soberania
II - prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações ou as relações internacionais do País, ou as que tenham sido fornecidas em caráter sigiloso por outros Estados e organismos internacionais;	II - prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações ou as relações internacionais do País, ou as que tenham sido fornecidas em caráter sigiloso por outros Estados e organismos internacionais;	Negociações internacionais
III - pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população;	III - pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população;	Segurança e saúde da população
IV - oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País;	IV - oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País;	Risco à estabilidade financeira
V - prejudicar ou causar risco a planos ou operações estratégicos das Forças Armadas;	V - prejudicar ou causar risco a planos ou operações estratégicos das Forças Armadas;	Planos estratégicos das Forças Armadas
VI – prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, assim como a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional;	VI – prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, assim como a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional;	Risco à pesquisa e desenvolvimento científico
VII - pôr em risco a segurança de instituições ou de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares; ou	VII - pôr em risco a segurança de instituições ou de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares; ou	Risco à segurança das instituições
VIII - comprometer atividades de inteligência, bem como de investigação ou fiscalização em andamento, relacionadas com a prevenção ou repressão de infrações.	VIII - comprometer atividades de inteligência, bem como de investigação ou fiscalização em andamento, relacionadas com a prevenção ou repressão de infrações.	Risco à investigação/fiscalização
Seção III Da Proteção e do Controle de Informações Sigilas	Seção III Da Proteção e do Controle de Informações Sigilas	
Art. 25. É dever do Estado controlar o acesso e a divulgação de informações sigilas produzidas por seus órgãos e entidades,	Art. 20. É dever do Estado controlar o acesso e a divulgação de informações sigilas produzidas por seus órgãos e entidades,	Dever de proteção das informações sigilas.

assegurando a sua proteção.	assegurando a sua proteção.	
§ 1º O acesso, a divulgação e o tratamento de informação classificada como sigilosa ficarão restritos a pessoas que tenham necessidade de conhecê-la e que sejam devidamente credenciadas na forma do regulamento, sem prejuízo das atribuições dos agentes públicos autorizados por lei.	§ 1º O acesso, a divulgação e o tratamento de informação classificada como sigilosa ficarão restritos a pessoas que tenham necessidade de conhecê-la e que sejam devidamente credenciadas na forma do regulamento, sem prejuízo das atribuições dos agentes públicos autorizados por lei.	Só pessoas credenciadas podem acessar informações sigilosas
§ 2º O acesso à informação classificada como sigilosa cria a obrigação para aquele que a obteve de resguardar o sigilo.	§ 2º O acesso à informação classificada como sigilosa cria a obrigação para aquele que a obteve de resguardar o sigilo.	Obrigação de resguardar o sigilo
§ 3º Regulamento disporá sobre procedimentos e medidas a serem adotados para o tratamento de informação sigilosa, de modo a protegê-la contra perda, alteração indevida, acesso, transmissão e divulgação não autorizados.	§ 3º Regulamento disporá sobre procedimentos e medidas a serem adotados para o tratamento de informação sigilosa, de modo a protegê-la contra perda, alteração indevida, acesso, transmissão e divulgação não autorizados.	Decreto para dispor sobre tratamento de informações sigilosas
Art. 26. As autoridades públicas adotarão as providências necessárias para que o pessoal a elas subordinado hierarquicamente conheça as normas e observe as medidas e procedimentos de segurança para tratamento de informações sigilosas.	Art. 21. Toda autoridade pública adotará as providências necessárias para que o pessoal de sua unidade conheça as normas e observe as medidas e procedimentos de segurança para tratamento de informações sigilosas.	Autoridade tem obrigação de repassar procedimentos e normas para os seus subordinados
Parágrafo único. A pessoa física ou entidade privada que, em razão de qualquer vínculo com o poder público, executar atividades de tratamento de informações sigilosas adotará as providências necessárias para que seus empregados, prepostos ou representantes observem as medidas e procedimentos de segurança das informações resultantes da aplicação desta Lei.	Parágrafo único. A pessoa física ou entidade privada que, em razão de qualquer vínculo com o Poder Público, tratar informações sigilosas adotará as providências necessárias para que seus empregados, prepostos ou representantes observem as medidas e procedimentos de segurança para tratamento das informações resultantes da aplicação desta Lei.	
Seção IV Dos Procedimentos de Classificação, Reclassificação e Desclassificação	Seção IV Dos Procedimentos de Classificação, Reclassificação e Desclassificação	

Art. 27. A classificação do sigilo de informações no âmbito da administração pública federal é de competência:	Art. 22. A classificação do sigilo de informações no âmbito da administração pública federal é de competência:	Competência para classificação
I - no grau de ultrassecreto, das seguintes autoridades:	I - no grau de ultras-secreto, das seguintes autoridades:	
a) Presidente da República;	a) Presidente da República;	
b) Vice-Presidente da República;	b) Vice-Presidente da República;	
	c) Presidente do Senado Federal	Inclusão do presidente do Senado
	d) Presidente da Câmara dos Deputados	Inclusão do presidente da Câmara
c) Ministros de Estado e autoridades com as mesmas prerrogativas;	e) Ministros de Estado e autoridades com as mesmas prerrogativas;	
d) Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica; e	f) Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, e o Chefe do Estado-Maior Conjunto da Defesa; e	Inclusão do Chefe de Estado Maior conjunto da Defesa
e) Chefes de Missões Diplomáticas e Consulares permanentes no exterior;	g) Chefes de Missões Diplomáticas e Consulares permanentes no exterior;	
	h) Titulares dos órgãos da administração pública que compõem o Sistema Brasileiro de Inteligência.	Autoridades do Sistema de Inteligência
II - no grau de secreto, das autoridades referidas no inciso I, dos titulares de autarquias, fundações ou empresas públicas e sociedades de economia mista; e	II - no grau de secreto, das autoridades referidas no inciso I, dos titulares de autarquias, fundações ou empresas públicas e sociedades de economia mista e das autoridades que exerçam cargos ou funções de direção, comando ou chefia, de hierarquia equivalente ou superior ao nível DAS 101.5, do Grupo Direção e Assessoramento Superiores, de acordo com regulamentação específica de cada órgão ou entidade, observado o disposto nesta Lei; e	Inclusão do DAS 101.5
III - no grau de reservado, das autoridades referidas nos incisos I e II e das que exerçam funções de direção, comando ou chefia, de hierarquia equivalente ou superior ao nível DAS 101.5, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, de acordo com	III – nos confidencial e de reservado, das autoridades referidas nos incisos I e II e das que exerçam funções de direção, comando ou chefia, de acordo com regulamentação específica de cada órgão ou entidade, observado o disposto nesta Lei.	

regulamentação específica de cada órgão ou entidade, observado o disposto nesta Lei.		
§ 1º A competência prevista nos incisos I e II, no que se refere à classificação como ultrassecreta e secreta, poderá ser delegada pela autoridade responsável a agente público, inclusive em missão no exterior, vedada a subdelegação.	§ 1º A competência prevista nos incisos I e II, no que se refere à classificação como ultrassecreta e secreta, poderá ser delegada pela autoridade responsável a agente público, inclusive em missão no exterior, vedada a subdelegação.	
§ 2º A classificação de informação no grau de sigilo ultrassecreto pelas autoridades previstas nas alíneas d e e do inciso I deverá ser ratificada pelos respectivos Ministros de Estado, no prazo previsto em regulamento.	§ 2º A classificação de informação no grau de sigilo ultrassecreto pelas autoridades previstas nas alíneas f , g e h do inciso I deverá ser ratificada pelos respectivos Ministros de Estado, no prazo previsto em regulamento.	
§ 3º A autoridade ou outro agente público que classificar informação como ultrassecreta deverá encaminhar a decisão de que trata o art. 28 à Comissão Mista de Reavaliação de Informações, a que se refere o art. 35, no prazo previsto em regulamento.		Decisão sobre classificação deve ir para a CMRI
Art. 28. A classificação de informação em qualquer grau de sigilo deverá ser formalizada em decisão que conterá, no mínimo, os seguintes elementos:	Art. 23. A classificação de informação em qualquer grau de sigilo deverá ser formalizada em decisão que conterá, no mínimo, os seguintes elementos:	Requisitos da decisão:
I - assunto sobre o qual versa a informação;	I - assunto sobre o qual versa a informação;	Assunto
II - fundamento da classificação, observados os critérios estabelecidos no art. 24;	II - fundamento da classificação, observados os critérios estabelecidos no art. 18;	Fundamento da Classificação
III - indicação do prazo de sigilo, contado em anos, meses ou dias, ou do evento que defina o seu termo final, conforme limites previstos no art. 24; e	III - indicação do prazo de sigilo, contado em anos, meses ou dias, ou do evento que defina o seu termo final, conforme limites previstos no art. 18; e	Prazo de sigilo
IV - identificação da autoridade que a classificou.	IV - identificação da autoridade que a classificou.	Identificação da autoridade
Parágrafo único. A decisão referida no caput será mantida no mesmo grau de sigilo da informação classificada.		

Art. 29. A classificação das informações será reavaliada pela autoridade classificadora ou por autoridade hierarquicamente superior, mediante provocação ou de ofício, nos termos e prazos previstos em regulamento, com vistas na sua desclassificação ou redução do prazo de sigilo, observado o disposto no art. 24.	Art. 24. A classificação das informações será reavaliada pela autoridade classificadora ou por autoridade hierarquicamente superior, mediante provocação ou de ofício, nos termos e prazos previstos em regulamento, com vistas à na sua desclassificação ou redução do prazo de sigilo, observado o disposto no art. 18.	
§ 1º O regulamento a que se refere o <i>caput</i> deverá considerar as peculiaridades das informações produzidas no exterior por autoridades ou agentes públicos.	§ 1º O regulamento a que se refere o <i>caput</i> deverá considerar as peculiaridades das informações produzidas no exterior por autoridades ou agentes públicos.	
§ 2º Na reavaliação a que se refere o <i>caput</i> , deverão ser examinadas a permanência dos motivos do sigilo e a possibilidade de danos decorrentes do acesso ou da divulgação da informação.	§ 2º Na reavaliação a que se refere o <i>caput</i> , deverá ser examinada a permanência dos motivos do sigilo e a possibilidade de danos decorrentes do acesso ou da divulgação da informação.	
§ 3º Na hipótese de redução do prazo de sigilo da informação, o novo prazo de restrição manterá como termo inicial a data da sua produção.	§ 3º Na hipótese de redução do prazo de sigilo da informação, o novo prazo de restrição manterá como termo inicial a data da sua produção.	
Art. 30. A autoridade máxima de cada órgão ou entidade publicará, anualmente, em sítio à disposição na internet e destinado à veiculação de dados e informações administrativas, nos termos de regulamento:	Art. 25. A autoridade máxima de cada órgão ou entidade publicará, anualmente, em sítio à disposição na rede mundial de computadores e destinado à veiculação de dados e informações administrativas, nos termos de regulamento:	Transparência ativa para documentos classificados
I - rol das informações que tenham sido desclassificadas nos últimos 12 (doze) meses;	I - rol das informações que tenham sido desclassificadas nos últimos doze meses;	Rol de informações desclassificadas
II – rol de documentos classificados em cada grau de sigilo, com identificação para referência futura;	II – número de documentos classificados em cada grau de sigilo, com identificação para referência futura;	CRE alterou só para número de documentos
III - relatório estatístico contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes.		Exclusão da previsão de relatório estatístico
§ 1º Os órgãos e entidades deverão manter exemplar da publicação prevista no <i>caput</i> para consulta pública em suas sedes.	§ 1º Os órgãos e entidades deverão manter exemplar da publicação prevista no <i>caput</i> para consulta pública em suas sedes.	

§ 2º Os órgãos e entidades manterão extrato com a lista de informações classificadas, acompanhadas da data, do grau de sigilo e dos fundamentos da classificação.	§ 2º Os órgãos e entidades manterão extrato com a lista de informações classificadas, acompanhadas da data, do grau de sigilo e dos fundamentos da classificação.	
Seção V Das Informações Pessoais	Seção V Das Informações Pessoais	
Art. 31. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.	Art. 31. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.	Preocupação com dados pessoais
§ 1º As informações pessoais, a que se refere este artigo, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem:	§ 1º As informações pessoais, a que se refere este artigo, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem:	
I - terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem; e	I - terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de cem anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem; e	
II - poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem.	II - poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem.	Previsão de acesso por terceiro a informações pessoais
§ 2º Aquele que obtiver acesso às informações de que trata este artigo será responsabilizado por seu uso indevido.	§ 2º Aquele que obtiver acesso às informações de que trata este artigo será responsabiliza-se pelo seu uso indevido.	
§ 3º O consentimento referido no inciso II do § 1º não será exigido quando as informações forem necessárias:	§ 3º O consentimento referido no inciso II do § 1º não será exigido quando as informações forem necessárias:	
I - à prevenção e diagnóstico médico, quando a pessoa estiver física ou legalmente incapaz, e para utilização única e exclusivamente para o tratamento médico;	I - à prevenção e diagnóstico médico, quando a pessoa estiver física ou legalmente incapaz, e para utilização única e exclusivamente para o tratamento médico;	Tratamento médico
II - à realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral, previstos em lei, sendo vedada a identificação da pessoa a que as informações se referirem;	II - à realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral, previstos em lei, sendo vedada a identificação da pessoa a que as informações se referirem;	Pesquisas científicas

III - ao cumprimento de ordem judicial;	III - ao cumprimento de ordem judicial;	Ordem judicial
IV - à defesa de direitos humanos; ou		CRE retirou hipótese de defesa de Dir. Humanos
V - à proteção do interesse público e geral preponderante.	IV - à proteção do interesse público e geral preponderante.	Proteção de interesse público
§ 4º A restrição de acesso à informação relativa à vida privada, honra e imagem de pessoa não poderá ser invocada com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades em que o titular das informações estiver envolvido, bem como em ações voltadas para a recuperação de fatos históricos de maior relevância.	§ 4º Observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, a restrição de acesso à informação relativa à vida privada, honra e imagem de pessoa não poderá ser invocada com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades em que estiver envolvida ou ações voltadas para a recuperação de fatos históricos de maior relevância.	
§ 5º Regulamento disporá sobre os procedimentos para tratamento de informação pessoal.	§ 5º Regulamento disporá sobre os procedimentos para tratamento de informação pessoal.	
CAPÍTULO V DAS RESPONSABILIDADES	CAPÍTULO V DAS RESPONSABILIDADES	
Art. 32. Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público ou militar:	Art. 27. Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público ou militar:	Responsabilização dos agentes
I - recusar-se a fornecer informação requerida nos termos desta Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;	I - recusar-se a fornecer informação requerida nos termos desta Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;	Recusa de fornecer a informação ou fornecer de forma incorreta, incompleta ou imprecisa
II - utilizar indevidamente, bem como subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontre sob sua guarda ou a que tenha acesso ou conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública;	II - utilizar indevidamente, bem como subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontre sob sua guarda, ou a que tenha acesso ou conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública;	Utilizar de maneira inadequada
III - agir com dolo ou má-fé na análise das solicitações de acesso à informação;	III - agir com dolo ou má-fé na análise das solicitações de acesso à informação;	Dolo ou má-fé

IV - divulgar ou permitir a divulgação ou acessar ou permitir acesso indevido à informação sigilosa ou informação pessoal;	IV - divulgar ou permitir a divulgação ou acessar ou permitir acesso indevido à informação sigilosa ou informação pessoal;	Permitir ou acessar indevidamente
V - impor sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiro, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem;	V - impor sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiro, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem;	Impor sigilo para proveito pessoal ou de terceiro
VI - ocultar da revisão de autoridade superior competente informação sigilosa para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros; e	VI - ocultar da revisão de autoridade superior competente informação sigilosa para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros; e	Ocultar da revisão informação
VII - destruir ou subtrair, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado.	VII - destruir ou subtrair, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado.	Destruir ou subtrair documentos
§ 1º Atendido o princípio do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, as condutas descritas no <i>caput</i> serão consideradas:	§ 1º Atendido o princípio do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, as condutas descritas no <i>caput</i> serão consideradas:	
I - para fins dos regulamentos disciplinares das Forças Armadas, transgressões militares médias ou graves, segundo os critérios neles estabelecidos, desde que não tipificadas em lei como crime ou contravenção penal; ou	I - para fins dos regulamentos disciplinares das Forças Armadas, transgressões militares médias ou graves, segundo os critérios neles estabelecidos, desde que não tipificadas em lei como crime ou contravenção penal; ou	
II - para fins do disposto na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, infrações administrativas, que deverão ser apenadas, no mínimo, com suspensão, segundo os critérios nela estabelecidos.	II - para fins da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, infrações administrativas, que deverão ser apenadas, no mínimo, com suspensão, segundo os critérios nela estabelecidos.	Pena mínima de suspensão
§ 2º Pelas condutas descritas no <i>caput</i> , poderá o militar ou agente público responder, também, por improbidade administrativa, conforme o disposto nas Leis nºs 1.079, de 10 de abril de 1950, e 8.429, de 2 de junho de 1992.	§ 2º Pelas condutas descritas no <i>caput</i> , poderá o militar ou agente público responder, também, por improbidade administrativa, conforme o disposto nas Leis nºs 1.079, de 10 de abril de 1950, e 8.429, de 2 de junho de 1992.	
Art. 33. A pessoa física ou entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o poder público e deixar de observar o disposto nesta Lei estará sujeita às seguintes sanções:	Art. 28. A pessoa física ou entidade privada que detiver informações em virtude de qualquer vínculo com o Poder Público e deixar de observar o disposto nesta Lei estará sujeita às seguintes sanções:	Responsabilização de entidades privadas
I - advertência;	I - advertência;	

II - multa;	II - multa;	
III - rescisão do vínculo com o poder público;	III - rescisão do vínculo com o poder público;	
IV - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a 2 (dois) anos; e	IV - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a dois anos; e	
V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.	V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.	
§ 1º As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, assegurado o direito de defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias.	§ 1º As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, assegurado o direito de defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de dez dias úteis .	
§ 2º A reabilitação referida no inciso V será autorizada somente quando o interessado efetivar o ressarcimento ao órgão ou entidade dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso IV.	§ 2º A reabilitação referida no inciso V será autorizada somente quando o interessado efetivar o ressarcimento ao órgão ou entidade dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso IV.	
§ 3º A aplicação da sanção prevista no inciso V é de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão ou entidade pública, facultada a defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista.	§ 3º A aplicação da sanção prevista no inciso V é de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão ou entidade pública, facultada a defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista.	
Art. 34. Os órgãos e entidades públicas respondem diretamente pelos danos causados em decorrência da divulgação não autorizada ou utilização indevida de informações sigilosas ou informações pessoais, cabendo a apuração de responsabilidade funcional nos casos de dolo ou culpa, assegurado o respectivo direito de regresso.	Art. 34. Os órgãos e entidades públicas respondem diretamente pelos danos causados em decorrência da divulgação não autorizada ou utilização indevida de informações sigilosas ou informações pessoais assegurado o direito de apurar responsabilidade funcional nos casos de dolo ou culpa.	Responsabilização por divulgação não autorizada
Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se à pessoa física ou entidade privada que, em virtude de vínculo de qualquer	Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se à pessoa física ou entidade privada que, em virtude de qualquer vínculo com	

natureza com órgãos ou entidades, tenha acesso a informação sigilosa ou pessoal e a submeta a tratamento indevido	órgãos ou entidades, tenha acesso a informação sigilosa ou pessoal e a submeta a tratamento indevido	
CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS	CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS	
Art. 35. Fica instituída, em contato permanente com a Casa Civil da Presidência da República, inserida na competência da União, a Comissão Mista de Reavaliação de Informações, composta por Ministros de Estado e por representantes dos Poderes Legislativo e Judiciário, indicados pelos respectivos presidentes, com mandato de 2 (dois) anos.	Art. 30. Fica instituída, em contato permanente com a Presidência da República, inserida na competência da União, a Comissão Mista de Reavaliação de Informações, com a seguinte composição:	CMRI antes estava vinculada à Casa Civil, na proposta da CRE ficaria em contato com a PR
	I – Vice-Presidente da República, que a coordenará;	CRE indicou composição da CMRI
	II – Ministro da Justiça;	
	III – Ministro de Estado da Defesa;	
	IV – Ministro das Relações Exteriores;	
	V – Ministro da Fazenda;	
	VI – Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República;	
	VII – Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;	
	VIII – Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica;	
	IX – dois representantes do Senado Federal e dois representantes da Câmara dos Deputados, indicados pelos respectivos Presidentes;	
	X – um representante do Poder Judiciário, indicado pelo Conselho Nacional de Justiça;	
	XI – um representante do Ministério Público, indicado pelo Conselho Nacional do Ministério Público.	

	§ 1º Os representantes a que se referem os incisos IX a XI do caput deste artigo terão mandato de dois anos, renovável por um única vez.	
	§ 2º O Presidente da República poderá designar membros eventuais para as reuniões da Comissão Mista de Reavaliação de Informações, conforme a matéria a ser apreciada.	
§ 1º A Comissão Mista de Reavaliação de Informações decidirá, no âmbito da administração pública federal, sobre o tratamento e a classificação de informações sigilosas e terá competência para:	§ 3º A Comissão Mista de Reavaliação de Informações decidirá, no âmbito da administração pública federal, sobre o tratamento e a classificação de informações sigilosas e terá competência para:	Competências da CMRI
I - requisitar da autoridade que classificar informação como ultrassecreta e secreta esclarecimento ou conteúdo, parcial ou integral da informação;	I - requisitar da autoridade que classificar informação como ultrassecreta e secreta esclarecimento ou conteúdo, parcial ou integral da informação;	
II - rever a classificação de informações ultrassecretas ou secretas, de ofício ou mediante provocação de pessoa interessada, observado o disposto no art. 7º e demais dispositivos desta Lei; e	II – propor a revisão da classificação de informações ultrassecretas ou secretas, de ofício ou mediante provocação de pessoa interessada, observado o disposto no art. 7º e demais dispositivos desta Lei; e	Modificação de revisão da classificação para propor a revisão
III - prorrogar o prazo de sigilo de informação classificada como ultrassecreta, sempre por prazo determinado, enquanto o seu acesso ou divulgação puder ocasionar ameaça externa à soberania nacional ou à integridade do território nacional ou grave risco às relações internacionais do País, observado o prazo previsto no § 1º do art. 24, limitado a uma única renovação.	III – propor a prorrogação do prazo de sigilo de informação classificada como ultrassecreta, secreta, confidencial e reservada sempre por prazo determinado, enquanto o seu acesso ou divulgação puder ocasionar ameaça externa à soberania nacional ou à integridade do território nacional ou grave risco às relações internacionais do País, observado o prazo previsto art. 18, §1º, em cada renovação.	Modificação de prorrogar o sigilo para propor a prorrogação Retirou-se, na CRE, a limitação da renovação.
§ 2º A revisão de ofício a que se refere o inciso II do § 1º deverá ocorrer, no máximo, a cada 4 (quatro) anos, após a revisão prevista no art. 39, quando se tratar de documentos ultrassecretos ou secretos.	§ 4º A proposta de revisão de ofício a que se refere o inciso II do § 3º deverá ocorrer, no máximo, a cada 4 (quatro) anos, após a revisão prevista no art. 34, quando se tratar de documentos ultrassecretos ou secretos.	

§ 3º A não deliberação sobre a revisão pela Comissão Mista de Reavaliação de Informações nos prazos previstos no § 2º implicará a desclassificação automática das informações.		Retirou-se desclassificação automática das informações caso não houve revisão no prazo estipulado
§ 4º Regulamento disporá sobre a composição, organização e funcionamento da Comissão Mista de Reavaliação de Informações, observadas as disposições desta Lei.	§ 5º Regulamento disporá sobre a organização e funcionamento da Comissão Mista de Reavaliação de Informações, observadas as disposições desta Lei.	
Art. 36. O tratamento de informação sigilosa resultante de tratados, acordos ou atos internacionais atenderá às normas e recomendações constantes desses instrumentos.	Art. 31 O tratamento de informação sigilosa resultante de tratados, acordos ou atos internacionais atenderá às normas e recomendações constantes desses instrumentos.	
Art. 37. Fica instituído, no âmbito do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, o Núcleo de Segurança e Credenciamento - NSC, que tem por objetivos:	Art. 32 Fica instituído, no âmbito do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, o Núcleo de Segurança e Credenciamento - NSC, que tem por objetivos:	Instituição da NSC
I - promover e propor a regulamentação do credenciamento de segurança de pessoas físicas, empresas, órgãos e entidades para tratamento de informações sigilosas; e	I - promover e propor a regulamentação do credenciamento de segurança de pessoas físicas, empresas, órgãos e entidades para tratamento de informações sigilosas; e	
II - garantir a segurança de informações sigilosas, inclusive aquelas provenientes de países ou organizações internacionais com os quais a República Federativa do Brasil tenha firmado tratado, acordo, contrato ou qualquer outro ato internacional, sem prejuízo das atribuições do Ministério das Relações Exteriores e dos demais órgãos competentes.	II - garantir a segurança de informações sigilosas, inclusive aquelas provenientes de países ou organizações internacionais com os quais a República Federativa do Brasil tenha firmado tratado, acordo, contrato ou qualquer outro ato internacional, sem prejuízo das atribuições do Ministério das Relações Exteriores e dos demais órgãos competentes.	
Parágrafo único. Regulamento disporá sobre a composição, organização e funcionamento do NSC.	Parágrafo único. Regulamento disporá sobre a composição, organização e funcionamento do NSC.	
Art. 38. Aplica-se, no que couber, a Lei nº 9.507, de 12 de novembro de 1997, em relação à informação de pessoa, física ou jurídica, constante de registro ou banco de dados de entidades governamentais ou de	Art. 33 Aplica-se, no que couber, a Lei nº 9.507, de 12 de novembro de 1997, em relação à informação de pessoa, física ou jurídica, constante de registro ou banco de dados de entidades governamentais ou de	

caráter público.	caráter público.	
Art. 39. Os órgãos e entidades públicas deverão proceder à reavaliação das informações classificadas como ultrassecretas e secretas no prazo máximo de 2 (dois) anos, contados do termo inicial de vigência desta Lei.	Art. 34 Os órgãos e entidades públicas deverão proceder à reavaliação das informações classificadas como ultrassecretas e secretas no prazo máximo de dois anos, contados do termo inicial de vigência desta Lei.	
§ 1º A restrição de acesso a informações, em razão da reavaliação prevista no <i>caput</i> , deverá observar os prazos e condições previstos nesta Lei.	§ 1º A restrição de acesso a informações, em razão da reavaliação prevista no <i>caput</i> , deverá observar os prazos e condições previstos nesta Lei.	
§ 2º No âmbito da administração pública federal, a reavaliação prevista no <i>caput</i> poderá ser revista, a qualquer tempo, pela Comissão Mista de Reavaliação de Informações, observados os termos desta Lei.	§ 2º No âmbito da administração pública federal, a reavaliação prevista no <i>caput</i> poderá ser revista, a qualquer tempo, pela autoridade competente, ouvida a Comissão de Reavaliação de Informações, observados os termos desta Lei.	Retirou-se da CMRI a possibilidade de revisão a qualquer tempo de informações classificadas como ultrassecretas
§ 3º Enquanto não transcorrido o prazo de reavaliação previsto no <i>caput</i> , será mantida a classificação da informação nos termos da legislação precedente.	§ 3º Enquanto não transcorrido o prazo de reavaliação previsto no <i>caput</i> , será mantida a classificação da informação nos termos da legislação precedente.	
§ 4º As informações classificadas como secretas e ultrassecretas não reavaliadas no prazo previsto no <i>caput</i> serão consideradas, automaticamente, de acesso público		Retirou-se desclassificação automática das informações caso não houve revisão no prazo estipulado
Art. 40. No prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da vigência desta Lei, o dirigente máximo de cada órgão ou entidade da administração pública federal direta e indireta designará autoridade que lhe seja diretamente subordinada para, no âmbito do respectivo órgão ou entidade, exercer as seguintes atribuições:	Art. 35. No prazo de sessenta dias, a contar da vigência desta Lei, o dirigente máximo de cada órgão ou entidade da administração pública federal direta, autárquica e fundacional designará autoridade que lhe seja diretamente subordinada para, no âmbito do respectivo órgão ou entidade, exercer as seguintes atribuições:	
I – assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso a informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos desta Lei;	I – assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso a informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos desta Lei;	

II – monitorar a implementação do disposto nesta Lei e apresentar relatórios periódicos sobre o seu cumprimento;	II – monitorar a implementação do disposto nesta Lei e apresentar relatórios periódicos sobre o seu cumprimento;	
III – recomendar as medidas indispensáveis à implementação e ao aperfeiçoamento das normas e procedimentos necessários ao correto cumprimento do disposto nesta Lei; e	III – recomendar as medidas indispensáveis à implementação e ao aperfeiçoamento das normas e procedimentos necessários ao correto cumprimento do disposto nesta Lei; e	
IV – orientar as respectivas unidades no que se refere ao cumprimento do disposto nesta Lei e seus regulamentos.	IV – orientar as respectivas unidades no que se refere ao cumprimento do disposto nesta Lei e seus regulamentos.	
Art. 41. O Poder Executivo federal designará órgão da administração pública federal responsável:		Retirou-se previsão de órgão responsável dentro do Poder Executivo Federal (CGU)
I – pela promoção de campanha de abrangência nacional de fomento à cultura da transparência na administração pública e conscientização do direito fundamental de acesso à informação;		Campanhas
II – pelo treinamento de agentes públicos no que se refere ao desenvolvimento de práticas relacionadas à transparência na administração pública;		Treinamento de agentes
III – pelo monitoramento da aplicação da lei no âmbito da administração pública federal, concentrando e consolidando a publicação de informações estatísticas relacionadas no art. 30;		Monitoramento da aplicação da Lei
IV – pelo encaminhamento ao Congresso Nacional de relatório anual com informações atinentes à implementação desta Lei.		Produção de relatório anual
Art. 42. O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de sua publicação.	Art. 36. O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei no prazo de cento e vinte dias a contar da data de sua publicação.	Modificação do prazo para regulamentação
Art. 43. O inciso VI do art. 116 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:	Art. 37. O inciso VI do art. 116 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:	

VI - levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração;	VI - levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração;	
Art. 44. O Capítulo IV do Título IV da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 126-A:	Art. 38. O Capítulo IV do Título IV da Lei nº 8.112, de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte artigo:	
"Art. 126-A. Nenhum servidor poderá ser responsabilizado civil, penal ou administrativamente por dar ciência à autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, a outra autoridade competente para apuração de informação concernente à prática de crimes ou improbidade de que tenha conhecimento, ainda que em decorrência do exercício de cargo, emprego ou função pública."	"Art. 126-A. Nenhum servidor poderá ser responsabilizado civil, penal ou administrativamente por dar ciência à autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, a outra autoridade competente para apuração de informação concernente à prática de crimes ou improbidade de que tenha conhecimento, ainda que em decorrência do exercício de cargo, emprego ou função pública."	
Art. 45. Cabe aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em legislação própria, obedecidas as normas gerais estabelecidas nesta Lei, definir regras específicas, especialmente quanto ao disposto no art. 9º e na seção II do Capítulo III.		Regras específicas para Estados e Municípios
Art. 46. Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial	Art. 39. Esta Lei entrará em vigor após decorridos cento e vinte dias da data de sua publicação.	
Art. 47. Revogam-se:	Art. 47. Revogam-se:	
I - a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005; e	I - a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005; e	
II – os arts. 22 a 24 da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991	II – os arts. 22 a 24 da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991	

